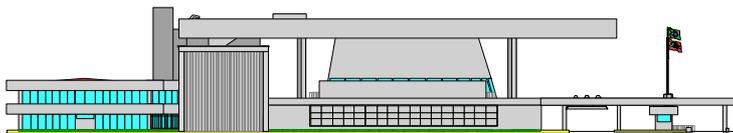


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2007

NÚMERO 5.689

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO DA REPÚBLICA
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Sergio Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Darci de Matos
Cesar Souza Júnior.
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Luiz Eduardo Cherem
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Dirceu Dresch
Gilmar Knaesel
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Sérgio Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
Gilmar Knaesel
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Jean Kuhlmann
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Sérgio Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Gilmar Knaesel - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Sérgio Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Luiz Eduardo Cherem
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Luiz Eduardo Cherem
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Jean Kuhlmann
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO Xv - NÚMERO 1709
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 008ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 27/02/2007.....2

Atos da Mesa

Ata da Presidência DI.....20

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....20
Ata de Comissão Permanente.....
.....20
Extrato.....21
Ofícios.....21
Portarias.....22
Projetos de Lei.....22
Projetos de Lei Complementar
.....26

PLENÁRIO

ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - Jailson Lima - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sérgio Grandó - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Cumprimenta a comitiva de Arabutã e Jaborá; faz um histórico do trabalho do estado de Santa Catarina na erradicação da febre aftosa.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Procede a uma análise da descentralização do governo Luiz Henrique.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Expressa seus sentimentos pela morte da jornalista Ula Weiss; comenta a não-nomeação, pelo governo do estado, dos diretores de escolas estaduais eleitos pela comunidade escolar.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Discorre sobre as vantagens de Santa Catarina se conseguir a certificação de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação pela OIE.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Aborda o problema do saneamento básico no estado e a legislação existente.

Partidos Políticos

DEPUTADO ROMILDO TITON - Reporta-se aos benefícios advindos da construção da Hidrelétrica de Campos Novos.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Reforça a importância das parcerias entre o governo e as hidrelétricas da região do município de Anita Garibaldi.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ (aparte) - Enumera os quatro parques estaduais de Santa Catarina, considerados unidades de conservação ambiental.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Tece comentários sobre as dificuldades de implementação do projeto de descentralização do governo Luiz Henrique.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ (aparte) - Enfatiza a necessidade de um novo pacto federativo.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em nome da bancada do PT e do partido expressa solidariedade à deputada Ana Paula Lima pelo falecimento da jornalista Ula Weiss; aborda a polêmica questão da diminuição da maioridade penal no país.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Enfatiza a necessidade da construção de Unidade Prisional Avançada em Brusque, em função das péssimas condições da cadeia local e do número de mandados de prisão não cumpridos.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Apresenta vídeo e comenta matéria veiculada sobre as precárias condições de escolas estaduais de Joinville.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Denuncia que mais uma escola foi fechada em Joinville por falta de condições de funcionamento.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Gravatal.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Manifesta sua posição quanto à necessidade de redução da maioridade penal no Brasil.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Expressa sua posição contrária à redução da maioridade penal e favorável à valorização da educação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Propugna pela necessidade da criação de programas sócio-educativos para os adolescentes em conflito com a lei.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Gaspar Clarindo Francisco Fantoni, que se encontra no exercício do mandato de prefeito e a desfiliação do PMDB do prefeito Adilson Luis Schmitt.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Registra a presença do prefeito em exercício de Gaspar, Clarindo Francisco Fantoni, acompanhado de sua esposa Maria Salete e do empresário Charles Schmitt.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Anuncia a presença do presidente da Câmara Municipal e prefeito em exercício de Otacilio Costa, Robson Oliveira Medeiros.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito em exercício de Gaspar, acompanhado da esposa e anuncia a desfiliação do prefeito do PMDB.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Presta uma homenagem à jornalista Ula Weiss, assessora de imprensa do seu gabinete, falecida recentemente.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda cortes no Orçamento geral do estado e as más condições financeiras da administração.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Saúda a presença de lideranças de Itapema e de Garuva; responde às críticas do deputado Kennedy Nunes no que se refere ao Hospital Materno-Infantil de Joinville.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Exibe vídeo com reportagem sobre as más condições do Hospital Marterno-Infantil de Joinville.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Proceda à defesa do governador Luiz Henrique, do ex-governador Eduardo Pinho Moreira e das ações do governo do PMDB.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Ataca o deputado Joares Ponticelli de quem cobra mais responsabilidade nos ataques ao governo do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Desafia o deputado Manoel Mota a comparar os contracheques dos ex-governadores Esperidião Amin e Eduardo Pinho Moreira.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Solidariza-se com a deputada Ana Paula Lima pela morte da jornalista Ula Weiss; cumprimenta o Sinte pela luta em prol da democracia na educação; cobra o término da estrada do Camacho; noticia a concessão de recursos de emenda parlamentar para o Hospital São Donato, de Içara e cobra do governo estadual a liberação de recursos para equipar o referido hospital.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Cobra o cumprimento do art. 97 do Regimento Interno.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Posiciona-se a favor das eleições diretas para diretores de escola.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Manifesta-se a favor do debate na Assembléia a respeito das eleições para a direção das escolas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Afirma estar a Alesc pronta para apreciar projeto de lei visando implantar eleição direta para escolha de diretores de escolas estaduais públicas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Diz ser lamentável se os diretores de escola eleitos não forem empossados.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Censura a forma como a Oposição vem exercendo seu direito de crítica; anuncia seu comparecimento à cerimônia de aposentadoria dos primeiros policiais feitos sob a égide do novo Estatuto da Polícia Militar, aprovado pelo Parlamento catarinense.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Como líder da bancada do PMDB reitera sua disposição de não deixar de as críticas fiquem sem resposta.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Advoga a tese de uma atuação pró-ativa com os prefeitos, os CDRs e as SDRs, sem olhar cor partidária.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Fala do estado das escolas estaduais quando tomou posse na secretaria do Desenvolvimento Regional de Lages e da sua ação para recuperá-las.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Indica o nome do deputado João Henrique Blasi para a Corregedoria da Casa.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Bom Jardim da Serra, Ilton Luiz Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Moacir Sopelsa, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar os nossos colegas prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos municípios de Arabutã e de Jaborá, da secretaria do Desenvolvimento Regional de Concórdia. Esta Casa os acolhe de braços abertos.

Sr. presidente, no dia de hoje, o que me traz à tribuna desta Casa, pela primeira vez depois de ter assumido o meu terceiro mandato, deputada Odete de Jesus, é tentar prestar um esclarecimento trazendo um histórico daquilo que foi, nos últimos dias, a melhor notícia que os produtores de Santa Catarina, especialmente os produtores de suínos, tiveram, que é o encaminhamento da OIE para que Santa Catarina seja reconhecida como área livre de febre aftosa sem vacinação.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, uma das doenças que mais causam prejuízos a um estado ou país, especialmente pela restrição em participar dos grandes mercados internacionais de produtos de origem animal, é a febre aftosa.

O estado de Santa Catarina, desde 1967, vem desenvolvendo um trabalho sério no combate à febre aftosa, obtendo como resultado a erradicação da doença e com isso a suspensão da vacinação a partir de 1º de maio de 2000, estando prestes a receber a certificação tão esperada de livre de febre aftosa sem vacinação.

O que é a febre aftosa?

A febre aftosa é uma doença altamente contagiosa. O animal doente apresenta febre alta e aftas, feridas na boca, na língua, no úbere e nos cascos, salivação intensa e grande dificuldade para se locomover e alimentar-se, levando a um acentuado emagrecimento e morte, principalmente animais jovens. Entre os animais domésticos ataca os bovinos, os bufalinos, os suínos, os ovinos e os caprinos. A transmissão nos animais acontece através do contato direto com os doentes e através de vetores mecânicos, como os veículos que transportam animais infectados, aves, ventos, águas, mãos, roupas, calçados e outros objetos ou utensílios de pessoas que tenham contato com animais doentes.

A introdução da febre aftosa na América do Sul aconteceu em 1870, simultaneamente na província Argentina de Buenos Aires, na República Oriental do Uruguai, na cegião Central do Chile e no estado do Rio Grande do Sul, de onde se difundiu para outras unidades federativas.

No Brasil o combate à febre aftosa teve início em 1919, quando o ministério da Agricultura estabeleceu as primeiras medidas contra a doença. Mais tarde, em 1934, o governo federal aprovou o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, estabelecendo medidas de profilaxia para as doenças dos animais, priorizando a febre aftosa.

Em 1951 foi implantado um programa nacional de combate à doença, que não obteve êxito devido à carência de recursos financeiros e humanos, além de não dispor na época de uma vacina eficaz. Em 1952, com a criação da secretaria da Agricultura em Santa Catarina, foi implantado o serviço de Defesa Sanitária Animal, que passou a combater com prioridade a febre aftosa.

O período mais importante do combate à febre aftosa teve início no Brasil no ano de 1963, quando o governo federal instituiu, no âmbito do ministério da Agricultura, a Campanha Nacional Contra a Febre Aftosa, constituindo equipe técnica para a sua gestão. No estado de Santa Catarina, em dezembro de 1965, o governador Celso Ramos assinou a Lei n. 3.783, estabelecendo a obrigatoriedade do combate à febre aftosa. Durante o ano de 1966 a lei foi regulamentada e estabelecido o plano para dar início à campanha, sob a denominação de Cafasc - Campanha Contra a Febre Aftosa em Santa Catarina -, tendo sido lançada oficialmente em Lages, em 26 de novembro de 1966, pelo ministro da Agricultura Severo Gomes. Em 1º de maio de 1967, através de uma ação conjunta entre a secretaria da Agricultura e o ministério da Agricultura, teve início a campanha de vacinação nos municípios de Lages, São Joaquim, Bom Jardim da Serra e Urubici. Em 1971, todos os municípios do estado faziam parte da campanha. Com a criação da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc -, em 1979, a ela foi delegada a execução do serviço de defesa sanitária animal e por sua vez o combate à febre aftosa.

Até 1983 foram realizadas três vacinações anuais do rebanho bovino. No ano de 1992, estudos técnicos com o assessoramento do Centro Panamericano de Febre Aftosa, ocorreram modificações na estratégia de combate à febre aftosa, passando a duas vacinações anuais, através da denominada vacinação com agulha oficial, em que funcionários da Cidasc, especialmente contratados, vacinavam diretamente todos os bovinos existentes no estado.

Em 1995, consolidou-se, em nível nacional, a parceria da iniciativa privada com o setor público, visando à erradicação da febre aftosa como parte de um amplo programa de competitividade da cadeia produtiva da pecuária bovina, envolvendo a iniciativa pública, criadores, indústria e comércio de carnes, de leite e de couros.

A ocorrência da febre aftosa em Santa Catarina durante o período de 1971 a 1983 situou-se em níveis altos, com uma média de 462 focos/ano; no período de 1984 a 1990, com média de 54 focos/ano; já a partir de 1991 manteve a ausência da enfermidade em seu rebanho.

O último foco da doença no rebanho catarinense foi registrado em julho de 1991, no município de Tubarão; em 1993 foi notificado um foco nos mangueirões de um frigorífico no oeste do Estado, em suínos provenientes do estado do Paraná, mas que não chegou a afetar nenhum animal fora do estabelecimento, pois todos os animais doentes foram sacrificados e foi realizada uma severa desinfecção do estabelecimento e dos seus efluentes.

As decisivas ações do estado de Santa Catarina obtiveram, como resultado em maio de 1998, na Organização Mundial de Saúde Animal - OIE -, com sede em Paris, o reconhecimento de 'Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação', juntamente com o Rio Grande do Sul. Naquela ocasião o estado foi representado pelo governador Paulo Afonso Evangelista Vieira, pelo falecido ex-secretário da Agricultura Flávio Baldissera, além de representantes das entidades dos criadores e das agroindústrias catarinenses, além da participação de autoridades nacionais, a exemplo do ministro da Agricultura.

A seguir, em 27 de abril de 2000, o ministério da Agricultura e do Abastecimento declarou a zona formada pelos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul como zona livre de febre aftosa sem vacinação. No dia 1º de maio de 2000, a secretária de estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura declarou a suspensão da vacinação contra a febre aftosa dos bovinos e bubalinos. Com a suspensão da vacinação, seguindo as determinações da OIE e em não havendo mais focos da doença no período de um ano, o estado poderia ser reconhecido pela OIE como 'Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação'.

No entanto, focos de febre aftosa em estados e países vizinhos não conferiam garantias suficientes para Santa Catarina. Em 1º de agosto de 2000, ocorre um foco de febre aftosa no município de Jóia, no Rio Grande do Sul, atingindo outros municípios do noroeste gaúcho, totalizando 21 focos, ocasião em que foram sacrificados 11.087 animais (bovinos, ovinos suínos e caprinos).

O estado de Santa Catarina viu-se obrigado a instalar 21 barreiras sanitárias com o Rio Grande do Sul, 3 barreiras com a Argentina e 14 barreiras com o Paraná, mantendo ainda barreiras móveis no interior do estado para evitar o ingresso do vírus em seu território.

Em 25 de outubro de 2000 ressurgiu a febre aftosa no Uruguai, país reconhecido pela OIE como livre sem vacinação. Em 14 de março de 2001, a Argentina admitiu a existência de febre aftosa no país, com declarações de autoridades sanitárias demissionárias que a doença já ocorria há aproximadamente seis meses. Em 24 de abril de 2001 ocorre o retorno da doença no Uruguai, que havia sacrificado animais doentes e que já havia reconquistado a condição de país livre sem vacinação. O Rio Grande do Sul instalou barreiras sanitárias com a Argentina e o Uruguai, mas não evitou o ingresso do vírus no estado, e a doença se instalou em seu rebanho em maio de 2001, o que fez com que Santa Catarina aumentasse suas barreiras sanitárias com o Rio Grande do Sul e a Argentina, com ajuda das Polícias Civil, Militar e Exército. Infelizmente, no Rio Grande do Sul foi determinada a retomada da vacinação dos bovinos e bubalinos contra a febre aftosa.

Desde o ano de 2000 o estado de Santa Catarina vem praticando ações juntamente com a iniciativa privada para adequação da sua infra-estrutura de defesa sanitária animal. Nesse período aconteceram focos de febre aftosa no Rio Grande do Sul em 2000 e 2001, no Amazonas e Pará em 2004, assim como no Mato Grosso do Sul e no Paraná em 2005 e suas conseqüências ainda hoje são conhecidas. Especialmente neste período de 2005 e 2006, o estado de Santa Catarina teve atuação decisiva para evitar a introdução da enfermidade em seus rebanhos. O governador Luiz Henrique da Silveira declarou 'estado de emergência sanitária preventiva'. A seguir foram realizadas ações comparadas a uma guerra, com a participação de toda a estrutura de defesa sanitária, conjuntamente com as agroindústrias, com a participação das Polícias Civil e Militar, seus helicópteros e até a participação das Forças Armadas através do Exército brasileiro, com patrulhamento nas divisas situadas ao norte do estado de Santa Catarina.

Desta forma foi possível evitar a entrada de todo e qualquer animal ou produto que pudesse colocar em risco a condição de livre de febre aftosa. Atualmente, ainda contamos com 69 barreiras sanitárias durante as 24 horas do dia nas divisas do estado: 41 barreiras sanitárias nas divisas com o estado do Paraná, 25 barreiras com o Rio Grande do Sul e três barreiras com a Argentina.

A primeira solicitação oficial do governo do estado de Santa Catarina para que o ministério da Agricultura adotasse as providências técnicas para pleitear junto à Organização Mundial de Saúde Animal o reconhecimento internacional como Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação foi em 15 de junho de 2004, através do Ofício n. 862/2004, assinado pelo governador Luiz Henrique da Silveira e por este deputado, secretário da Agricultura àquela época. A resposta do ministério, no dia 28 de julho de 2004, reconheceu a existência de evidências de sustentabilidade técnica para o pleito, porém comunicando que se fazia necessária uma avaliação da capacidade técnico-operacional do sistema estadual de defesa sanitária animal.

Imediatamente o estado passou a executar ações que pudessem garantir a referida capacidade técnico-operacional. Desta forma, a participação da iniciativa privada, especialmente das entidades representativas dos criadores e das agroindústrias, foi fundamental.

Novos pedidos de interveniência do ministério da Agricultura foram entregues pessoalmente pelos governadores Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, porém o grande diferencial para o fortalecimento do sistema de defesa sanitária animal aconteceu em janeiro de 2006, com a assinatura do termo de cooperação técnica entre o estado de Santa Catarina, através da secretária da Agricultura e o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - Icasas -, com a interveniência da Cidasc. Esse convênio possibilitou o fortalecimento necessário da defesa sanitária animal catarinense, pois o número de médicos veterinários passou de 180 para 340 e foi dotada de boas condições a infra-estrutura referente a veículos, sistema de informática e de treinamento de pessoal. Desta forma, é que o estado se habilitou para receber a auditoria favorável do ministério da Agricultura no segundo semestre de 2006.

Por sua vez, o ministério da Agricultura, juntamente com a Cidasc, estabeleceu a realização de um inquérito soro epidemiológico, no qual foram coletadas amostras de sangue de 11.056 bovinos em todas as regiões do estado, de modo a comprovar laboratorialmente que não existe circulação do vírus da febre aftosa nos rebanhos catarinenses, tanto da vacina como da doença. Uma vasta documentação foi elaborada pela Cidasc e com a aprovação e finalização do ministério da Agricultura foi encaminhado para a Organização Mundial de Saúde Animal - OIE.

Como já foi amplamente divulgado, a OIE sinalizou na última sexta-feira, dia 23, pela aprovação do pleito catarinense. Um grupo de especialistas convocado pela OIE examinou todos os pedidos de certificação dos países a respeito da febre aftosa. Hoje, dia 27 de fevereiro, e amanhã, em Paris, estará reunida na OIE a comissão científica para as doenças dos animais. Nessa ocasião serão analisadas as recomendações do grupo de especialistas, entre elas a recomendação para a aprovação da certificação internacional para Santa Catarina de 'Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação'.

Entendemos que a comissão científica acatará a recomendação. Resta-nos aguardar a decisão final, que acontecerá durante a semana de 20 a 25 de maio próxima, na sede da OIE em Paris.

Para finalizar, quero manifestar, com muita satisfação, que foi através de um esforço gigantesco nos últimos dez anos que o estado de Santa Catarina conseguiu a habilitação necessária para pleitear e ser atendido com o reconhecimento internacional de 'Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação'. Para isso, participaram, no decorrer dos últimos 40 anos, os criadores e suas entidades representativas, as agroindústrias e suas entidades representativas, lideranças municipais e estaduais, a estrutura governamental, especialmente os governadores, os secretários da Agricultura, os dirigentes das entidades que se dedicaram ao serviço de defesa sanitária e de extensão rural, além do ministério da Agricultura.

O próximo passo a ser dado é adequar o sistema de produção e da defesa sanitária animal aos procedimentos da União Européia, com o objetivo de alcançar a aprovação desse bloco econômico para o ingresso de carne suína e de animais suscetíveis à febre aftosa nos 27 países que fazem parte da União Européia. Para isso, o secretário da Agricultura de Santa Catarina deu início, em janeiro de 2004 às negociações com um instituto de saúde animal pertencente ao governo italiano e reconhecido pela OIE e pela União Européia.

Hoje, essa cooperação com o Instituto Zooprofilático G. Caporale, da região de Têramo, na Itália, é uma realidade, tanto que o Icasas - Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - e o Sindicarne estão assumindo o custo financeiro, com o objetivo de 'adequar as estruturas produtivas e o sistema de defesa sanitária animal do estado de Santa Catarina para eliminar os obstáculos técnicos que impedem que a carne suína produzida possa entrar livremente no mercado da União Européia'.

Eu trouxe esse histórico para que possamos, juntos, a partir de agora, aumentar ainda mais o trabalho que precisamos fazer: dar a Santa Catarina, deputado Sérgio Grandó, essa condição de área livre de febre aftosa reconhecida pela OIE.

Aqui tantas vezes nós somos questionados, às vezes no meio das campanhas eleitorais, tentando buscar culpados. Se a OIE reconhece que Santa Catarina tem condições de ser um estado reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação, a pergunta é a seguinte: por que a Rússia não está comprando de Santa Catarina? A questão não é sanitária, não é de sanidade. Trata-se de uma questão política, de uma questão comercial e não sanitária.

Por isso, com esse passo que nós conseguimos, eu considero que nós estamos com o passaporte na mão e que precisamos apenas carimbá-lo. Eu, que desde criança estive ligado ao setor agrícola, especialmente à suinocultura, espero, deputado Pedro Uczai - e v.exa. é do oeste de Santa Catarina -, que possamos dar as nossas indústrias o fortalecimento para venderem carnes para o mundo todo. Mas, deputado Sérgio Grandó, que possamos olhar para os nossos produtores e que esses lucros que vêm através dessa conquista possam também ser divididos com eles.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, ocupo esta tribuna depois de ouvir vários pronunciamentos com relação à descentralização do governo do estado de Santa Catarina. E venho fazer essas colocações para que se possa fazer uma reflexão no que diz respeito à descentralização.

Primeiro, quero dizer que reconheço a descentralização como sendo benéfica para a população. Mas benéfica quando ela é descentralizada e beneficia a população com a qualidade dos serviços públicos na saúde, na educação, na segurança pública, na questão ambiental e na infra-estrutura - nas rodovias, nos portos, nos aeroportos, no sistema energético, no setor produtivo.

Estamos dizendo isso porque na nossa região o modelo que está sendo adotado deve, no mínimo, sofrer uma reflexão para esse segundo mandato do governador Luiz Henrique, pelo qual eu tenho o maior respeito, inclusive porque fomos colegas prefeitos. Dizemos isso porque lá na nossa região ainda não aconteceu a descentralização dos serviços públicos. E não é o deputado Silvio Drevreck que está dizendo isso, quem está dizendo são as pessoas que todos os dias observam os efeitos na educação, na saúde e no sistema de saneamento de Santa Catarina de um modo geral. Existe de fato uma insatisfação do usuário tanto com a educação como com a saúde e a segurança. Então, esse é um modelo que ainda não atingiu aquele que deve ser o beneficiado, que é o cidadão.

Nós sabemos que daqui a algumas horas - ou talvez já tenha iniciado - começarão os debates para a terceira reforma administrativa. E é nesse aspecto que nós desejamos dar a nossa contribuição, para que essa reforma de fato venha a trazer melhorias ao cidadão catarinense.

Modelos já foram aplicados principalmente na Europa e em outros países, mas são países que têm recursos para investir. Tanto é verdade que em determinados países, deputado Pedro Uczai, a estrada que leva o agricultor a sua cultura é pavimentada. Então, há dinheiro para investir. Lamentavelmente, nós ainda estamos num país emergente e não temos recursos suficientes para fazer investimentos. E se não temos recursos para fazer investimentos, obviamente que o custo da máquina pública deve ser reduzido. Quanto menores as despesas de custeio, tanto mais nós vamos ter recursos para fazer investimentos nos serviços públicos, bem como na infra-estrutura.

É oportuno reconhecermos que as nossas escolas estão iniciando as aulas no dia 26 de fevereiro e que quando chegar novembro já se vai encerrar o período. Eu me pergunto: como nós vamos fazer o diferencial de um estado que tem uma economia diversificada, mas que não tem qualidade nos serviços públicos? E quando eu me refiro à educação, não é apenas deste governo. Não há um planejamento em longo prazo por duas, três décadas. E não havendo esse planejamento em longo prazo, principalmente no projeto político-pedagógico, entra governo, sai governo, modifica-se o projeto político-pedagógico e dá-se ênfase para o aspecto administrativo e da construção. Mas, lamentavelmente, não estamos conseguindo, deputado Décio Góes, ter escolas para dar condições melhores aos nossos alunos, quanto mais falar em qualidade.

Há poucos dias, ouvi vários pronunciamentos aqui sobre educação. O que é uma educação de qualidade? É simplesmente a escola, o aspecto físico, o ginásio, o uniforme? Na verdade, educação de qualidade é diminuir a repetência, é aumentar a eficiência valorizando o profissional, que é o professor. E por conta disso, há necessidade de investimentos na capacitação contínua do

professor e não apenas eventual, aumentando a sua condição de transmitir conhecimentos, porque só podemos entender que haja qualidade na educação se aumentar o aprendizado do nosso aluno.

Infelizmente, o nosso ensino médio passa por uma situação crítica, na medida em que os nossos alunos, os nossos adolescentes, os nossos jovens, serão testados em qualquer vestibular ou em qualquer avaliação para dar seguimento a sua carreira na educação. Essa deficiência tem trazido uma grande dificuldade para que o nosso Brasil possa competir neste mundo globalizado, porque a ineficiência na produtividade faz com que outros países, que têm bons exemplos... A Espanha há 25 anos era pior do que o Brasil. E não muito longe, quem lembra do Mundial de 1982, a Coreia do Sul não era diferente, assim como a Irlanda do Norte. Qual foi o investimento? Educação de qualidade!

Lamentavelmente, temos ouvido e visto, nos últimos dias, que Santa Catarina passa realmente por uma situação difícil, no que diz respeito à educação. Com relação às promessas que foram feitas, na verdade agora se retrocede, não se respeita mais o que foi dito. Portanto, há uma série de fatores que devem ser objeto de reflexão tanto pelo governo, como pela Oposição, e, principalmente, pela sociedade catarinense, se é que desejamos dar um salto em qualidade de vida, em competitividade e em produtividade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Inscrita para falar a sra. deputada Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. integrantes da Mesa, sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada, hoje, quando cheguei ao meu gabinete, tive um choque muito grande. Porque quando perdemos pessoas que conviviam conosco neste recinto de trabalho, muitas vezes sentimos aquela perda como se fosse de alguém da nossa casa.

Deputada Ana Paula Lima, eu senti muito por v.exa. a perda da jornalista Ula Weiss, que também trabalhou conosco. Ela era uma funcionária muito competente, uma pessoa que trabalhava com amor, com gosto pelo que fazia. Senti muito, deputada Ana Paula Lima, essa perda, e tenho certeza de que v.exa. e os seus assessores, que conviveram com essa amiga, devem ter sentido muito também. Saiba, portanto, que o nosso gabinete sentiu muito essa perda.

Muitos funcionários que trabalharam aqui também já se foram. Quando trabalhamos aqui, convivemos com pessoas que dão tudo de si para nos ajudar no dia-a-dia, nesse trabalho que não é fácil. Nós sentimos muito a perda de um ente querido, mas não depende da nossa vontade. Quando chega a hora de partir, temos que respeitar. Mas foi uma perda lamentável, de uma pessoa trabalhadora, de uma jornalista de mão cheia, e isso realmente deixou-nos muito triste.

Mas a vida continua, srs. deputados! Muitas vezes temos que engolir as lágrimas, tocar o barco para frente e seguir, deputada Ana Paula Lima.

Senhores, mais um assunto preocupa-nos e entristece-nos. Hoje em dia tudo é feito através do voto, deputado Onofre Santo Agostini. Votamos para escolher o síndico do prédio, para eleger o presidente da associação de moradores do bairro, para escolher o nosso vereador, o nosso prefeito, o nosso deputado, o nosso governador, o nosso presidente da República e assim por diante.

E nada melhor do que, no lugar que se faz educação, que é na escola, onde ensinamos os nossos alunos dando bons exemplos, ensinando-os as leis, o que é certo e o que é errado... Por que temos que deixar passar? Não, srs. deputados! Esta deputada, professora, com muita experiência na área do magistério, pode falar porque trabalhou com alunos de pré, de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª séries e de 2ª grau. Também tem experiência em secretaria de 2º grau. Então, por que dentro do lugar onde se faz educação, onde se constrói, onde se ensina os alunos, nós temos que não ouvir a voz da comunidade?!

A comunidade se reúne para escolher os seus representantes com competência. As vezes, a vontade política é grande de atender aos anseios de algumas agremiações partidárias. Mas, às vezes, aquela pessoa que foi nomeada para administrar uma escola não tem competência. Ela tem apenas a teoria, mas não tem a prática. E a comunidade tem autoridade para escolher os seus representantes legais.

Faço um apelo ao secretário da Educação, nosso amigo Paulo Bauer, que assumiu essa pasta de suma importância, para que reveja essa questão. Eu trago nomes de alguns diretores e diretores que foram eleitos pelo voto, pela vontade dos professores, dos alunos, dos pais, enfim, da comunidade em geral, porque são eles que votam.

Nós temos uma relação das escolas de Florianópolis, com os seus diretores e diretoras eleitos em 2006. Na Escola Estadual Básica Getúlio Vargas, a diretora eleita foi a sra. Vendelin S. Borguezon. No Centro Integrado Anjo da Guarda, temos como coordenadora-geral a sra. Maria Elena Lueneberg e como vice a sra. Miriam Izabel Viviani dos Santos. Tenho aqui também a relação de outras escolas, como a Escola Básica Cônego Nicolau Gesing, de Braço do Norte, que tem como diretor o sr. Mario Cezar Heidemann Pereira; a Escola Básica São Ludgero, de São Ludgero, sendo que a diretora eleita através de voto é a professora Maria Ester Pereira Beza, deputado Sérgio Grando. V.Exa., que é professor, sabe que quando o professor é escolhido pelos alunos, pelos professores e pela comunidade é porque tem competência para administrar!

Em Criciúma, temos a Escola Básica Antônio M. Neto, tendo como diretora a sra. Patricia Schneider de Oliveira; em Joinville, a Escola Básica Jandira D'Ávila, tendo como diretor o sr. Valtecir Marion; em Chapecó, a Escola Básica São Francisco, deputado Pedro Baldissera, da sua tão amada Chapecó, tendo como diretora a sra. Mara Rosane Costa Maria, e tantas outras escolas. Eu estou com uma infinidade de nomes aqui!

Mas o Sinte ligou para mim, porque eu faço parte e fui também criadora do fórum permanente para discutir os assuntos referentes ao Estatuto do Magistério Público. Eu estou pronta para defender a minha classe e tenho que a defender porque entendo dessa área! Eu tenho que defender onde eu tenho habilidade, porque tenho anos de profissão dentro do Magistério Público. Eu já liclei em várias escolas deste estado.

Assim sendo, srs. deputados, eu peço e faço um apelo ao secretário para que reveja, para que aceite essas pessoas que foram eleitas nessas escolas. E por que não aceitá-las? Eu também participei de uma eleição de diretor na Escola Básica Paulo Schiefler, o maior colégio de Caçador, sendo eleita com seis votos, mas fui impedida de assumir porque a agremiação partidária a que eu pertencia era outra, srs. deputados! E uma outra pessoa ocupou a vaga.

Então, nós temos que deixar que a população decida, escolha! Nós entramos na Assembléia Legislativa pelo voto, e que voto precioso, srs. deputados! Por isso temos que dar ouvidos à comunidade.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Odete de Jesus, pelas palavras gentis ao se referir à jornalista Ula Weiss.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Excelentíssima sra. deputada Ana Paula Lima, que está presidindo os trabalhos desta sessão, na tarde de hoje, sras. deputadas e srs. deputados, as notícias que circularam na mídia de Santa Catarina, nesta última semana, são extremamente alvissareiras e dão-nos a expectativa de que poderemos, num futuro breve, com a homologação do laudo técnico fornecido por integrantes da OIE, recuperar prejuízos de grande monta na área econômica e também social.

Passamos por dificuldades, passamos por agruras das mais diversas, nos últimos tempos, por conta do embargo que foi proporcionado pela Rússia, prejudicando extremamente a economia catarinense e brasileira. Eu faço referência aos prejuízos causados à economia do país porque não há como se imaginar, não há como pensar no mercado de produtos derivados de suínos, de proteína animal de uma forma geral, sem levar em conta, sem considerar o potencial extraordinário do estado catarinense.

Os prejuízos foram imensuráveis para o nosso produtor, para a agroindústria e para a arrecadação de impostos. E os estados que não têm tradição no cuidado com a vigilância sanitária animal, como o estado de Santa Catarina, que é excelência maior em nosso país, estavam exportando os seus produtos, enquanto que nós estávamos, dia-a-dia, acumulando prejuízos.

É necessário destacar o esforço, deputado Onofre Santo Agostini, dos nossos produtores, melhorando a genética, trabalhando com tecnologia de ponta, fazendo investimentos na propriedade para melhorar a qualidade dos nossos produtos. Mas também é necessário, quando se anuncia uma conquista prestes a ser homologada, reconhecer o trabalho dos técnicos, dos secretários da Agricultura, desde o atual secretário Antônio Ceron até os secretários que o antecederam, a exemplo dos secretários Moacir Sopenela e Gelson Sorgato e de tantos outros que trabalharam para erradicar essa moléstia do nosso estado.

Estamos sendo declarado estado livre da incidência de febre aftosa sem vacinação. Essa condição vai-nos permitir sentar à mesa de negociação com vários países do mundo, com a Comunidade Européia, com os Estados Unidos, com a Ásia, com o Canadá, com o Japão, com inúmeros países que têm um potencial invejável de consumo de proteína animal. E isso vem coroar, com pleno êxito, o trabalho desenvolvido por tantas pessoas em nosso estado, que têm um vínculo estreito com o setor produtivo.

Com certeza, o problema social, que já é tão agudo, tão grave no interior dos nossos municípios, vai arrefecer. Nós vamos ter condições, com o aumento das exportações - e todos nós, num exercício positivo, torcemos e queremos que isso aconteça o mais breve possível -, de fixar o homem no campo, onde estão as suas raízes, onde está a sua história, a sua família e onde ele vive em comunidade.

Por isso, srs. deputados, é imprescindível que se faça, neste momento, da tribuna, este registro; o registro do esforço conjunto, determinado para alcançar esse estágio. É o momento em que a parceria do próprio governo do estado com a classe produtora e com o setor das agroindústrias dispôs de mais de 160 técnicos, além dos existentes, para fazer com que as barreiras pudessem proteger o estado de Santa Catarina, pudessem proteger os animais, mas não só os animais, proteger também esse grande patrimônio que já chega próximo dos 15 anos em que o nosso território não vacina mais os animais. E agora é declarado estado livre de febre aftosa sem vacinação.

Com certeza, Santa Catarina é um exemplo de sanidade animal no que diz respeito aos nossos rebanhos para todo o país, uma vez que era o único que estava sendo penalizado e que agora pode comercializar os nossos produtos com praticamente o mundo todo, logicamente, dependendo dos acordos comerciais, dos entendimentos a serem celebrados com os demais países.

Todos nós estamos ganhando com isso. Ganha o produtor, ganha a agroindústria e milhares de famílias que estão vinculadas à cadeia produtiva desse setor e desse segmento fundamental e importantíssimo para toda a economia e também para toda a área social de Santa Catarina.

Feito esse registro, nós temos a grande oportunidade de gerar mais qualidade de vida, mais conforto e oportunidades para toda a gente catarinense.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sérgio Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, hoje eu vou falar sobre o saneamento. Primeiramente, quero dizer que existe a Lei Estadual n. 13.517, de 4 de outubro de 2005, que trata desse assunto.

Lembro-me muito bem de que houve uma discussão interna no governo, na época em que eu estava na Fatma, e que foi elaborada, pelo secretário de Desenvolvimento Sustentável Bráulio Barbosa, com toda a sua equipe, uma lei muito boa sobre saneamento, que até foi discutida com vários órgãos, com organizações não-governamentais, ocasião em que o governo ficou todo inteirado sobre o assunto, através também da diretoria de saneamento da secretaria de Desenvolvimento Sustentável, com Afonso Veiga.

Essa lei, que é de 4 de outubro de 2005 e está em vigor, prevê a criação de um Conselho Estadual de Saneamento. Esse conselho prevê que participam do Sistema Estadual de Saneamento os seguintes segmentos: usuários dos serviços públicos de saneamento; concessionárias; permissionárias e órgãos municipais e estaduais prestadores de serviços públicos de saneamento; secretarias municipais e estaduais; entidades de pesquisa; órgãos gestores de recursos hídricos; órgãos representativos das empresas consultoras; órgãos responsáveis pela saúde pública do estado.

Já falamos aqui que mais de 70% das doenças são transmitidas pela água não tratada. E nós estamos vendo, hoje, em Mato Grosso do Sul e em outros estados brasileiros, como a dengue está proliferando, inclusive com um quadro de mortes decorrente da dengue do tipo hemorrágica. Assim sendo, temos realmente que tomar muito cuidado.

Temos aqui o fórum dos comitês de bacias hidrográficas e os consórcios intermunicipais por bacias hidrográficas, que são os principais. O que significa isso? Significa a lei do saneamento.

Então, quando nós fizemos aquele ajuste de conduta com o Ministério Público, em que cada município tinha que dar o destino correto ao lixo, vimos que não existia uma lei de consórcio nacional e nem estadual. A partir dali, ela passou a ser criada aqui. Por quê? Porque cada município tinha que ter um aterro sanitário.

Para o meio ambiente é melhor que vários municípios formem um consórcio de dez, 15 ou 20 empresas. Sai mais barato e consegue-se fazer realmente um aterro sanitário com todas as condições que são exigidas, hoje, no mundo moderno. Mas isso não foi possível. Então, era preciso votar, através da Câmara Municipal, e ao votar, quando chegava naquele município que tinha o aterro sanitário, geralmente a Câmara Municipal negava, causando um problema social na região.

Por esse motivo é que ainda existem pessoas e órgãos municipais transportando lixo a grandes distâncias, inclusive em outras bacias hidrográficas, para atender o ajuste de conduta com o Ministério Público. O importante disso é saber que nós temos uma lei estadual, que todo o prefeito deve ter conhecimento.

Como se isso só não bastasse, na última quinta-feira foi sancionada, em nível nacional, a lei de saneamento básico. Então, srs. deputados, nós temos a lei estadual e temos uma lei nacional de saneamento básico. Desta forma, passou a valer oficialmente o texto sancionado que prevê a universalização do serviço de abastecimento de água, rede de esgoto, drenagem e águas pluviais, além da coleta do lixo.

Entre as principais mudanças temos o controle social na gestão de serviços prestados no saneamento. Será criado o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - Sinisa. Também temos, dentro desse projeto, um financiamento de R\$ 10 bilhões por ano, dos quais R\$ 3 bilhões serão provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento. Então, há recursos, hoje, disponíveis.

Nós teremos, provavelmente, com esse projeto, menos de 20 anos e temos que acelerar para a universalização desses serviços. Apenas quero alertar que 47% da população urbana têm instalação de esgoto, mas estação de tratamento está disponível para menos da metade de 47%. Quer dizer, estação de tratamento que dá finalização correta, não chega a 20% neste país, os jornais trazem 19%. Então, vejamos o avanço que estamos tendo - saneamento significa geração de empregos, significa saúde, significa melhor qualidade de vida.

Portanto, temos uma lei estadual e uma lei nacional e, como se isso não bastasse, foi aprovada em dezembro e já está em vigor a Lei n. 11.079. E aqui digo que a Lei n. 11.445 é a lei nacional sobre saneamento básico e a Lei n. 11.079 trata das parcerias público-privadas e é mais um mecanismo que pode ser utilizado pelos srs. prefeitos.

Aqui, realmente, não nos interessa a cor do gato, mas se ele mata o rato. Então, o que nos interessa? Não importa, contanto que sigam as leis estaduais, a lei federal utilizar a parceria público-privada para que se resolva o problema do saneamento, que é o que queremos. Vejamos como os prefeitos, hoje, têm a sua disposição mecanismos legais e contam com a ajuda em todos os níveis.

E por que estamos fazendo este pronunciamento e dando conhecimento das leis? Porque a nossa Casa também tem que cumprir o seu dever. E qual é o seu dever? Através da nossa comissão, também pode ser da comissão de Saúde, do Meio Ambiente ou a comissão dos Serviços Públicos, precisamos realizar nesta Casa um encontro, um fórum com todos os prefeitos municipais de Santa Catarina, chamar todos os bancos que financiam o saneamento, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o BNDES, o Badesc e o BRDE, para que informem as linhas de financiamento para fazer o saneamento. Precisamos ter aqui também a Fatma para mostrar a questão da balneabilidade, o que ocorre e o que está ocorrendo a cada ano de forma crescente.

Temos que trazer também para este fórum o conhecimento do crédito de carbono, que está disponível em nível mundial, para que cada prefeito estabeleça a sua prioridade, porque governar é estabelecer prioridades. E nós temos que estabelecer prioridades em Santa Catarina. Não podemos ser um estado que conte com apenas 10% e cobertura de saneamento básico para sua população.

Queremos, nesses quatro anos de governo Luiz Henrique da Silveira, atingir o mais alto índice de saneamento no estado de Santa Catarina e isso começa no município, porque o município é que dá concessão do saneamento, ou seja, se ele tem consórcio, se o município tem convênio com a Casan, ela passa a ser responsável também pelo saneamento. Se o município não tem convênio com a Casan, mas tem o seu Samae ou tem uma empresa municipal, o importante é que resolva essa questão de saneamento.

Então, todos reunidos, através das leis existentes, dos recursos federais que estão disponíveis através do PAC, com todos os órgãos trabalhando, vamos solucionar, por bacía hidrográfica, o problema do saneamento. Volta a dizer, não é só a questão do esgoto, são também as águas pluviais, é o aterro sanitário, é mais saúde e é mais qualidade de vida.

Assim, dando conhecimento, vamos promover esse fórum para os nossos 293 prefeitos com seus secretários. E aí a descentralização tem um papel importante, através das secretarias do Desenvolvimento Regional. Feito esse fórum, as secretarias do Desenvolvimento Regional estarão presentes e irão aplicar essa política em cada região, nos seus cinco, seis, dez ou 11 municípios. Vamos envolver também a Funasa.

Tendo isso tudo, projetos de lei, órgãos financiadores, políticas, metas, reuniões e decisões, os prefeitos têm que ter projetos. Muitas prefeituras pequenas não têm como contratar projetos porque contratar um engenheiro sai caro e envolve ainda vários técnicos.

Então, as secretarias do Desenvolvimento Regional entram para fazer os projetos nesses municípios, com seus técnicos ou em convênio com as associações de municípios por região.

Porque tendo o projeto, o prefeito pode chegar em qualquer instância para a obtenção do financiamento com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil, com o BRDE, com o Badesc ou com o BNDES.

Sr. presidente e srs. deputados, o primeiro passo a ser dado - e é nosso dever - é alertar os nossos prefeitos de que tem que ser feito um projeto e ajudá-los a conseguir isso. Tendo projeto, nós temos leis, temos a organização, as SDRs, as instituições, a Funasa e os órgãos federais, que financiaram cerca de 30 mil municípios no país que apresentaram belos projetos.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sra. presidente, srs. deputados, ocupo a tribuna no horário reservado aos Partidos Políticos para trazer, não só à Assembléia Legislativa, mas a todo o estado de Santa Catarina, àqueles que nos assistem através da TVAL, uma notícia muito importante para toda a nossa região do meio-oeste catarinense, em especial a microrregião de Campos Novos.

No ano de 2001, teve início a construção da Usina Hidrelétrica de Campos Novos. Após muitos anos de investimentos, aquela obra levou para a nossa região muita riqueza, muita oportunidade de trabalho e vai, a partir de agora, melhorar a arrecadação para os nossos municípios e também para o estado de Santa Catarina.

Não muito tempo atrás usei esta tribuna com muita tristeza, quando pela primeira vez a Enercan, que é o consórcio que construiu a usina, teve um problema de vazamento num dos túneis, que levou ao esvaziamento de praticamente toda a água que já tinha sido reunida. Levou-se de outubro a janeiro para fazer o referido conserto. Agora, completada mais essa etapa, no dia 3 de fevereiro, foram fechadas as comportas novamente para reunir água e para o imediato funcionamento de uma das turbinas, fazendo com que esse projeto se torne uma realidade para a nossa região.

Já com a primeira turbina ativada, foram gerados 293 *megawatts*; no dia 19 de fevereiro ativaram a segunda turbina, passando para 586 *megawatts* e dentro de poucos dias haverá de ser ativada a terceira turbina, ocasião em que alcançará a potência máxima de 880 *megawatts*, o que equivale a 25% de toda energia consumida no estado de Santa Catarina.

A Barragem de Campos Novos é a terceira mais alta do mundo do tipo de enrocamento com face de concreto, tendo 202m de altura e um comprimento de 592m. Por ser muito alta, a área inundada se torna uma das menores, com apenas 34km² e uma das que têm o menor impacto ambiental não só no estado, mas no Brasil. Esse impacto ambiental é menor e a Enercan se apresenta como uma das usinas com melhor relação área alagada/potência instalada no país, pois são 0,029km² por *megawatt* instalado.

Entre os municípios atingidos, Campos Novos ficou com a maior área, seguido de Celso Ramos, Anita Garibaldi e Abdon Batista.

O mais importante de tudo isso, deputado Reno Caramori, v.exa. conhece bem a nossa região, é que a Enercan vai gerar em torno de R\$ 12 milhões por ano do imposto, de *royalties*, a título de compensação financeira, sobre a produção de energia elétrica. Além desses R\$ 12 milhões/ano (45% para os municípios atingidos, 45% para o estado de Santa Catarina e 10% para a União), ainda teremos uma grande arrecadação de ICMS sobre a geração e a produção de energia, que certamente irá contemplar os cofres públicos e dar um maior potencial de investimento a nossa região.

Trata-se de uma concessão de 35 anos e durante a construção foram gerados 2.500 empregos diretos, além do que, certamente, com os indiretos somaram aproximadamente mais de seis mil postos de trabalho, dando oportunidade a muitas famílias de buscarem o seu sustento.

Num investimento de 1,5 milhão, a Enercan, preocupada não só com os investimentos e com o retorno financeiro, também criou vários programas ambientais, como o PBA - Programa Básico Ambiental -, para preservar o patrimônio ambiental e, paralelamente, construir um empreendimento com a participação da comunidade. E um deles certamente ficará marcado na história - e o deputado Elizeu Mattos conhece muito bem porque é da região: é o parque do rio Canoas, que foi criado próximo ao município de Abdon Batista, que vai atingir 1.200 hectares e foi doado pela Enercan ao governo do estado para preservação.

E quem pode confirmar isso é o deputado Sérgio Grando, que foi presidente da Fatma e foi um dos que fiscalizaram e idealizaram, junto à Enercan, esse grande programa ambiental que vai servir não só como um programa de preservação ambiental, mas para outros programas de preservação de animais de várias espécies. Mais de 240 mil mudas foram plantadas às margens do empreendimento, que servirá também para o turismo que certamente se implantará no decorrer dos anos em toda aquela região.

Somando-se a isso, o que vai viabilizar esse empreendimento turístico é que o governo do estado, o governo de Luiz Henrique da Silveira, já iniciou o asfaltamento da BR-470 rumo ao local desses investimentos, para aprontar mais um acesso, desta feita ao município de Abdon Batista, numa parceria com a Enercan, dando o pontapé inicial para aquela rodovia finalmente ser executada.

Então, trago a notícia, deputados Elizeu Mattos e Sérgio Grando, da alegria e da satisfação de toda a nossa região por estar vendo em funcionamento esse empreendimento de longos anos, que gerou uma expectativa de oportunidades de trabalho agora concretizadas, de indenizações pagas aos atingidos, de todo esse programa de preservação e dos investimentos que lá foram realizados. Agora começamos a ter um retorno financeiro não só para o município, mas para todo o estado de Santa Catarina.

Por isso eu faço este registro com muita satisfação, como representante daquela região.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não! Ouço v.exa., que é conhecedor também desse trabalho lá desenvolvido.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. deputado Romildo Titon, quero associar-me a v.exa. neste momento de alegria.

Eu, que conheço bem o rio Canoas porque nasci na beira do Canoas, ali no Rosário, em Anita Garibaldi, sei do benefício que trouxe a Usina Hidrelétrica de Campos Novos para a nossa região, causando pouco impacto ambiental, como v.exa. registrou: 0,2km² por *megawatt* gerado, enquanto no norte do país, e o deputado Sérgio Grando sabe disso também, hidrelétricas alagam 9km² para gerar um *megawatt*. Além disso, repovoou a nossa região por causa dos reassentamentos. As pessoas que saíram das margens do rio Canoas foram assentadas na nossa região, o que é importante.

Registro ainda com alegria que outra hidrelétrica, que é uma das maiores em altura que existem, que é a de Barra Grande, também já está gerando energia. E daqui a alguns dias essas parcerias serão concretizadas, tanto com a Hidrelétrica de Campos Novos, que já está acontecendo, como com a de Barra Grande, em Anita Garibaldi, onde estaremos para dar início à ligação asfáltica de Anita Garibaldi ao Rio Grande do Sul, através de Pinhal da Serra. É com alegria que eu participo deste momento importante para toda a região de Anita Garibaldi.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Deputado Romildo Titon, quando assumimos a Fatma só existiam unidades de conservação próximas ao litoral. E nós, com a descentralização e adotando a política do governador Luiz Henrique da Silveira, aceleramos todos os contatos com essas empresas que tinham compensação ambiental.

Conseguimos fazer a primeira unidade de conservação através da Usina Quebra Queixo, em São Domingos. Depois, na Usina Hidrelétrica de Itá, fizemos o Parque Estadual Fritz Plaumann; em São Domingos, o Parque Estadual das Araucárias. O Parque Estadual Fritz Plaumann foi uma homenagem à Nova Teutônia, em Concórdia, e também uma homenagem à pessoa que mais estudou insetos, podemos dizer, da América Latina e até do mundo.

O terceiro parque criado (há 23 anos que não se criava um) foi o Parque Estadual Rio Canoas como compensação da Enercan. Fizemos parques do meio-oeste para o oeste. O quarto parque criado foi o Parque Estadual de Acaraí, aqui em São Francisco do Sul, com mais de sete mil hectares, na região extrema ao norte do estado.

Então, quando se tem desenvolvimento sustentável, quando se necessita energia e de forma equilibrada pode-se dar a compensação ambiental, é importante, porque é para o desenvolvimento que tanto precisamos. E é um exemplo a Enercan, em Campos Novos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, deputado Sérgio Grando. Nós sabemos da sua grande participação à frente da Fatma nesta questão ambiental. Certamente esse é um dos melhores parques ambientais do Brasil, que orgulha toda a nossa região.

Ao finalizar o meu registro, quero parabenizar publicamente, mais uma vez, a Enercan, que é a empresa do consórcio que administrou e investiu naquela usina. Certamente estão de parabéns não só Campos Novos, como também Celso Ramos, que ganhou acesso asfáltico até a sede do município. Nós sabíamos que seria difícil termos um acesso asfaltado até o município de Celso Ramos se não fosse construída essa usina, porque não era apenas o fato de fazer o acesso, mas deveria ser construída uma das maiores pontes da região. E com a construção da usina no topo da barragem, foi possível que o município de Celso Ramos tivesse um acesso asfáltico para o seu desenvolvimento. Certamente agora teremos a conclusão da barragem até a sede do município e até a SC-470, em uma parceria do estado com a Enercan. E isso dará ao município de Celso Ramos, ao de Anita Garibaldi, enfim, a conclusão dessas obras oportunizará àquela região novos investimentos, novas integrações na área da agricultura.

Por isso, registro com alegria esse grande investimento, um dos maiores investimentos já realizados no meio-oeste catarinense, que sem dúvida vai trazer não só para aquela região, como também para todo o estado e para todo o Brasil, uma grande contribuição na geração de energia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sra. presidente.

Sras. deputadas e srs. deputados, quero destacar aqui o governo de Luiz Henrique e Leonel Pavan, um governo comprometido com o estado de Santa Catarina, um governo que tem o compromisso com a melhoria da qualidade de vida de cada um dos catarinenses, que tem como prioridades a educação, a saúde, a segurança pública, o transporte, as ações de infra-estrutura, enfim, existe um conjunto de ações que Luiz Henrique e Leonel Pavan querem implementar através do projeto da descentralização da estrutura administrativa, fazendo chegar a todos os catarinenses o seu Plano 15.

Neste governo encontramos dois entusiastas contra a corrente da questão legal. Temos hoje, do ponto de vista da administração pública, três entidades: o município, o estado e a união. Não existe a entidade região, província, bacia, de forma que nas 36 regionais que o governador criou e que agora encaminha para a nossa apreciação, através da reforma administrativa, todas elas, não têm independência, não têm sequer a autonomia administrativa do menor município de Santa Catarina. Elas são, sim, um braço real do governador. E é assim que devem ser entendidas: o governador presente ali, mas tendo a vontade primeira.

Isso até pode parecer valorização demais do governador, mas de certa forma, na realidade, incapacita sua excelência. Existe uma grande vontade e um entusiasmo muito grande do governador, que pilota essa grande coligação PMDB, PSDB, PFL, PPS, PDT e diversos outros partidos, de ver essa descentralização de fato funcionando, mas ele esbarra na questão legal, esbarra na limitação administrativa. Na verdade, em cada regional há a mão do governador, está o braço de cada um dos secretários. Mas na nossa estrutura administrativa, na nossa estrutura constitucional, não existe a regional de Brusque, não existe a regional de Blumenau, não existe a regional de Joinville; existem, sim, Brusque, Botuverá e Guabiruba, existem os municípios, existe o estado, mas não existe aquela entidade jurídica, o que dificulta para que de fato seja implementado o grande projeto da descentralização do governador Luiz Henrique da Silveira.

Nobres pares, na Itália, na Alemanha, na França, que são lugares que conheço, funciona muito bem o sistema de descentralização. Por quê? Porque lá existe a figura administrativa regional, lá o governador ou o prefeito da grande região administrativamente fazem um serviço de coordenação sobre as demais prefeituras.

Quero dizer que o PSDB, por ser governo, representado pelo vice-governador Leonel Pavan, além da nossa bancada de seis deputados, além de dois deputados que temos nas secretarias, além do compromisso que assumimos no nosso trabalho de campanha, também está comprometido com esse projeto de descentralização, tem participação direta nele, assim como quer que de fato ele funcione. Mas, infelizmente, existe essa grande limitação para os municípios e para os estados, porque a Constituição brasileira é centralizadora.

Na Constituição de 1988 foi feito assim. E depois dela ficou pior. Existiam muitos tributos dos quais os estados e os municípios participavam, mas foram criadas algumas taxas grandes, talvez as maiores que existem, que só perdem para o INSS, que não têm como destino e estado e os municípios. Por exemplo, a CPMF é uma taxa grande. E o que é maior do que a CPMF? O INSS, por exemplo, é maior. E o que é maior? O Imposto de Renda, limpo, é só um pouquinho maior. E o que é maior do que a Cide, aquele imposto que incide sobre a gasolina?

Srs. deputados, sras. deputadas, somados, CPMF e Cide ultrapassam R\$ 50 bilhões. E quanto cabe ao estado de Santa Catarina? Na CPMF não cabe nada, na Cide, uma migalha. Quanto a outros tributos que a União arrecada, 63% ou 64% ficam na União. Vem para cá somente aquilo que é vontade do governo. Somente aquilo, se houver alguma simpatia especial, é que pode vir para cá.

Então, o governo estadual luta para fazer uma descentralização aqui no estado que vai contra a força da Constituição brasileira, que não tem essa figura jurídica. E ao mesmo tempo o governo Luiz Henrique/Leonel Pavan luta contra o sistema centralizado, economicamente falando, que deixa para o governo estadual apenas percentuais pequenos, menos do que 25%, que é o que cabe ao estado de Santa Catarina, para tentar resolver as inúmeras dificuldades do povo de Santa Catarina, que sabe que tem o apoio do governador, que tem a vontade deste Parlamento, mas que infelizmente esbarra nesses limites financeiros ou constitucionais.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Nobre deputado, v.exa. tem razão. Enquanto 65% do que se arrecada ficar no governo federal, 22% no governo estadual e 13% nos municípios, não vamos solucionar os principais problemas deste país. Por isso, tem que descentralizar, sim. Precisamos de um novo pacto federativo para que realmente a cidadania floresça, porque as principais soluções passam pelo município. E por isso, nós, do PPS, defendemos, se a CPMF continuar, que ela venha para os municípios e para o estado como forma de redistribuição. Será dessa forma que estaremos democratizando, solucionando e ajudando os nossos municípios.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço o seu aparte, nobre deputado.

Quero ainda registrar que cabe a nós aqui, deputados estaduais, levantar esse movimento nos nossos partidos em Brasília, justamente para que essa vontade descentralizadora do governo do estado de Santa Catarina possa servir também de apoio, de base e de exemplo para que se modifique a Constituição brasileira.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, antes do meu pronunciamento, em meu nome, em nome da bancada do PT, deputada Ana Paula Lima, queremos manifestar o nosso sentimento, a nossa solidariedade pelo falecimento da extraordinária figura humana que conviveu com v.exa., a jornalista, profissional competente e grande companheira, Ula Weiss.

Sra. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna no horário reservado ao PT para falar sobre dois temas.

Já foi objeto de debate na semana passada e está na ordem do dia novamente a educação no estado de Santa Catarina, a democratização da educação e o aspecto do atendimento ou não dos compromissos do governo com o processo educacional de Santa Catarina.

O Sinte, Sindicato dos Trabalhadores da Educação, está mobilizado numa justa luta, que é a nomeação dos diretores eleitos democraticamente. E da semana passada para hoje já temos boas notícias, porque alguns diretores que foram indicados pelo governo não tomaram posse. E isso foi pela luta, pela resistência, como na Escola de Ensino Básico Marechal Bormann, em Chapecó. Em outras escolas está-se colocando a possibilidade dos 44 diretores serem nomeados, pela pressão da comunidade, dos pais, dos professores e dos estudantes.

Então, está de parabéns o Sinte, os professores, os pais e os alunos, que estão fazendo uma luta democrática e fundamental, que é recuperar a perspectiva de ter qualidade na educação de Santa Catarina. Sem democracia não acredito no futuro da educação de Santa Catarina. Por isso, precisamos novamente desse debate. Os professores estão mobilizados, as escolas estão mobilizadas.

Mas, por outro lado, o que assistimos é que o governo do estado não consegue atender, no início deste ano letivo - que só começou no dia 26, quando tantas outras escolas começaram antecipadamente - o mínimo das reivindicações das crianças e das escolas, que são o uniforme e o material escolar. Isso não é possível. Mas com práticas populistas, num ano eleitoral, colocaram uniforme, colocaram uma cor padronizada nos alunos do estado, criando uma expectativa e um sentimento na comunidade escolar. E no ano seguinte, quando começa o ano letivo, existe um desrespeito total com relação a isso. Ou faz autocrítica pública e assume que não vai ter uniforme ou garante pública e politicamente esse direito, se assim é o entendimento do governo. Como é possível iniciar o ano escolar sem material escolar nas nossas escolas públicas estaduais?

Quem sabe esta Assembléia, este Plenário, vá aprofundar esse debate - que não é meu objeto de análise aqui - na reforma administrativa e para onde vai o dinheiro público do estado de Santa Catarina que não na prioridade educacional, para pensar no futuro do estado.

Agora, o segundo tema que me traz a esta tribuna, e hoje já posso falar mais tranquilamente, porque já passaram as emoções, já passou a comoção geral, já passaram os discursos de insanidade que tomaram conta do país há 15 dias, é a violência no Brasil e a redução da maioridade penal.

Por isso, em meu nome e em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, trago esse debate, neste momento, que pode até passar por desatualizado, porque agora vamos discutir na racionalidade política e não na comoção, no sentimento, e grande parte com sentimento de vingança em virtude da violência contra uma criança no Rio de Janeiro. E aí veio à tona o debate no Congresso Nacional, principalmente no Senado, sobre a redução da maioridade penal.

Quais são as minhas teses para colocar o debate aqui e propor uma posição pública e aberta desta Casa? Discutir violência é fundamental e decisivo nos momentos em que ocorrem gravidades, como no caso que ocorreu há poucos dias e em outros momentos também. Agora, as duas naturezas de violência que temos que discutir são as crianças e os adolescentes que se envolvem em delitos, onde estão essas crianças e adolescentes, quais as violências que elas estão sofrendo, quais as impossibilidades de cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quem sabe, a origem da violência esteja na ausência de uma educação de qualidade, na ausência de uma alimentação de qualidade, na ausência de uma habitação de qualidade. E eu sei disso porque acompanhamos algumas crianças num único espaço habitacional, três ou quatro filhos juntos com os pais, vítimas de violência sexual em casa, que iam para casa após a meia-noite para não sofrer violência, inclusive, doméstica, de tráfico ou de outro tipo.

Portanto, quando se discutir violência contra a criança e o adolescente, primeiro, antes de punir e reduzir a maioridade penal, é preciso discutir a renda, a dignidade, o lazer, a habitação, a cultura, o esporte, porque é aí a origem da dignidade das crianças e dos adolescentes. Segundo ponto, do outro lado da moeda dessa perspectiva da violência estão as penitenciárias. Não existe penitenciária nenhuma que diz que vai, em quantidade maior, em percentual maior, ressocializar os maiores de 18 anos e principalmente os menores de 18 anos. A reincidência em penitenciária é três vezes maior do que a reincidência em programas socioeducativos que o ECA prevê. E vivemos isso na experiência concreta de políticas públicas, a reincidência.

Portanto, antecipar de 18 para 16 anos a maioridade penal é antecipar a entrada dos adolescentes na escola do crime, é ampliar o crime no país, porque as penitenciárias são a escola do crime para os adultos, com uma reincidência de 60%. E os programas socioeducativos, como prevê o ECA, reduzem para 20% a reincidência dos adolescentes. Inclusive, quando fui prefeito, tínhamos 4.800 jovens e adolescentes nos programas de teatro, música, poesia, nos programas socioculturais. E nos programas socioeducativos tínhamos atividades laborais, com atividades esportivas. Tínhamos 4.500 crianças e adolescentes em escolinhas, inclusive de meninas.

Precisamos de uma política social, com uma política habitacional, com uma política educacional, inclusive para os pais, através das quais jovens e adultos tenham acesso à educação, para compreender melhor os direitos das crianças e dos adolescentes. Porque o futuro deste país é pensar no futuro das crianças e dos adolescentes.

É inaceitável eticamente falar em diminuição da maioridade penal! É uma insanidade política defender a diminuição da maioridade penal! Isso é uma irracionalidade do poder público e do estado, já que justamente a denúncia maior é a ausência do estado em construir políticas públicas para as crianças e adolescentes, e colocarem duplamente mais violência para eles ao introduzi-los em uma escola do crime, para virarem criminosos mais cedo neste país.

Por isso, se vemos lideranças, inclusive aqui de Santa Catarina e lá no Congresso Nacional, defenderem a redução da maioridade penal, é porque há alguma coisa errada no horizonte deste país. Nós temos é que recuperar a desgraça histórica da desigualdade social, das injustiças sociais, da exclusão social de milhões de brasileiros - e as crianças são as maiores vítimas -, ao invés de pensar em colocar lei, punição para, como Pôncio Pilatos, lavar as mãos e colocar os menores dentro das cadeias deste país.

É nesta direção que nós nos posicionamos. Eu gostaria que o Plenário desta Assembléia, que este Poder Legislativo se posicionasse para colocar o estado no devido lugar: cumprindo o Estatuto da Criança e do Adolescente e pensando em políticas públicas que atendam a dignidade das crianças e dos adolescentes. O ECA prevê a punição, sim, para crianças e adolescentes, mas numa perspectiva sócio-educativa, e demonstra na prática essa perspectiva de diminuição da reincidência.

Eu estudei sobre a Europa e lá está claríssimo: nos países que reduziram a maioridade penal, é claríssima a não-diminuição da violência na própria sociedade. Mas quando se construir uma política do estado de políticas públicas, de cultura, de lazer, de educação, de habitação, de renda e de alimentação, não tenho dúvida de que essa será a condição de se pensar no futuro.

Por isso a nossa manifestação. Queremos que esta Assembléia Legislativa se posicione frontalmente com relação a essa insanidade que o Congresso Nacional, numa perspectiva populista, autoritária, autofágica no sentido das crianças e adolescentes...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o assunto que me traz, hoje, a esta tribuna da Assembléia Legislativa é preocupante para a comunidade de Brusque e toda a nossa comarca, ou seja, a necessidade da construção de uma UPA - Unidade Prisional Avançada. Eu já devia ter feito esse pronunciamento na quinta-feira, mas, como estava presidindo a sessão, não pude fazê-lo.

Hoje veio estampada na capa do jornal *O Município Dia-a-Dia* uma matéria dizendo que as condições dos presos que estão na delegacia de Brusque é considerada medieval. Isso porque uma cidade como Brusque, progressista, desenvolvida, possui unicamente uma cadeia, na qual existem apenas duas celas. Elas teriam que ser ocupadas somente por presos com mandados de prisão, mas estão sendo ocupadas por presos já condenados, fazendo com que os mandados de prisão de nossa comarca não possam ser cumpridos. Hoje existe uma demanda reprimida de mais de 200 mandados de prisão em nossa cidade, da nossa comarca, que não podem ser cumpridos.

Por isso o meu apelo, nesta tarde, ao nosso secretário da Segurança Pública, deputado Ronaldo Benedet, e ao governador Luiz Henrique da Silveira, para que agilizem a construção da nossa unidade prisional avançada para a comarca de Brusque.

O terreno para a construção dessa unidade prisional já foi disponibilizado pela prefeitura municipal de Brusque desde agosto de 2004. E ela é urgente, é necessária, porque, como disse o deputado Pedro Ucazi no seu pronunciamento, o ideal seria que estivéssemos construindo escolas e não cadeias. Mas, infelizmente, a realidade é outra.

Inclusive quero sugerir ao deputado Pedro Ucazi que, quem sabe agora, no segundo mandato do seu presidente, seja adotada a política de Leonel Brizola, de Darcy Ribeiro, e instituídas em nosso país as escolas de ensino integral. Assim, com certeza, nós estaríamos construindo um futuro com menos cadeias.

Mas o meu pronunciamento é por uma realidade existente. Temos o nosso delegado regional, dr. Ademir Braz de Souza, e também o dr. Alonso Torres, que enfrentam uma dificuldade muito grande. E na tarde de sexta-feira, o Ministério Público fez a vistoria nessas duas celas e há grande probabilidade de desativá-las, fazendo com que nem os presos que ali estão possam ficar e mais nenhum mandado de prisão possa ser cumprido na comarca de Brusque.

Por isso esse nosso apelo, em nome de toda a comunidade da região de Brusque, porque hoje o nosso presídio regional em Tijucas também já está com as suas vagas esgotadas. O presídio de Itajaí também já está com suas vagas esgotadas e o mesmo acontece em Balneário Camboriú. Em Brusque não seria um presídio e sim uma cadeia avançada, um estabelecimento para mais ou menos 60 presos, que abrigaria somente os presos que cometessem atos na comarca de Brusque.

Então, fica aqui esse nosso apelo, que vai gerar, sra. presidente, uma indicação a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Segurança Pública, para que tenham sensibilidade com a comunidade de Brusque. Temos urgência, tem que ser realizada ainda neste ano, porque há muito tempo Brusque vem sofrendo com essa realidade dos marginais estarem soltos na nossa região, com os mandados de prisão sendo expedidos e não podendo ser cumpridos pelas nossas Polícias Civil e Militar.

Muito obrigado, sra. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, na quinta-feira da semana passada, deputado Kennedy Nunes, eu não participei da sessão, mas no final de semana pude acompanhá-la, através da TVAL, e percebi que v.exa. foi contestado. Inclusive estamos ansiosos aguardando aqueles que o contestaram e que o desafiaram para trazer a verdade sobre os fatos que s.exa. relatava, mais especificamente sobre o Hospital Materno-Infantil de Joinville.

Nós vamos apresentar uma matéria agora e já quero avisar aqueles que gostam de afirmar que as Oposições faltam com a verdade para, em querendo contestar, contestar a matéria jornalística veiculada numa emissora de televisão no dia de ontem.

(Procede-se à apresentação de um vídeo.)

Deputado Kennedy Nunes, realmente o governo anterior só fez tapeação. É comum ouvir dos deputados governistas que o problema é do governo anterior. Só é preciso saber se é do governo anterior de Eduardo Moreira ou do próprio Luiz Henrique da Silveira, de qual dos dois governadores anteriores, já que os dois estão recebendo uma pensão de R\$ 22 mil por mês, como ex-governadores de Santa Catarina.

É lamentável o que está acontecendo no início do ano letivo, no primeiro dia, como se houvesse, deputado Reno Caramori, um novo governo se estabelecido, como se a realidade da educação, da falência da educação pública de Santa Catarina, não fosse do conhecimento do atual governo. Logo no primeiro dia de aula de um governo que sucede a si próprio encontra-se essa realidade na estrutura física do estado de Santa Catarina.

Material escolar e uniforme, aquele utilizado durante a campanha eleitoral do ano passado, nem falar. Aquele material e aqueles uniformes só foram disponibilizados para fazer a campanha mesmo, porque outro ano começou e não há material, não há uniforme, não há professor. Não se pode nomear o professor eleito porque a briga é muito grande para indicar o afilhado político. E as escolas interditadas da cidade de Joinville não foram consertadas! Segundo a funcionária da Vigilância Sanitária, que é do governo apoiado por Luiz Henrique da Silveira, foi feita uma tapeação. E não é a Oposição que está dizendo isso. Contestem o SBT, o Paulo Alceu ou a funcionária do prefeito Marco Tebaldi, ao que nos parece, parceiro do Luiz Henrique da Silveira!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o meu líder.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Com muita vergonha venho a este microfone fazer um aparte e dizer que em Joinville, terra do governador e do secretário, 12 escolas foram fechadas, interditadas. E ontem a Escola Alice Bittencourt, no bairro Nova Brasília, teve as portas fechadas novamente porque a tapeação foi feita de tal forma que não deu para os alunos voltarem às aulas.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Srs. deputados, está na hora de o governo reagir, dizer a que veio. V.Exas., que são tão energéticos aqui na tentativa de desqualificar o trabalho responsável que a Oposição está fazendo, tentem usar e canalizar essa energia para que o governo acorde, para que o governo comece, para que o governo pare de falar mal do governo anterior, até porque nos confunde se é o de Eduardo Pinho Moreira ou o do próprio Luiz Henrique!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para registrar a presença nesta Casa do grande prefeito de Gravatal, Rudinei, e do seu assessor. Fiquem à vontade e obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, ilustres sras. deputadas e srs. deputados, não vou aqui me referir ao tema abordado pelo deputado Joares Ponticelli, ou seja, o problema da educação. Eu quero é conversar um pouquinho com o deputado Pedro Uczai. É claro que v.exa. naturalmente não teve um filho sacrificado de uma forma covarde, como foi o caso do João Hélio, e por isso veio aqui pregar uma filosofia. Bonito! Eu tive a impressão, quando entrei, de que eu estava em outro país. Parece-me que o nosso ilustre deputado Pedro Uczai não retroagiu um pouquinho no espaço e no tempo para dizer não. Aqui é Brasil. É no Brasil que está acontecendo isso.

Srs. deputados e sras. deputadas, se a pessoa mal-intencionada não tiver medo de alguma coisa, nós vamos ver outros João Hélio serem sacrificados. Claro que tem que haver punição! Essa famosa lei que menor não pode trabalhar fora de casa, srs. deputados, é polêmica! Eu comecei a trabalhar com 12 anos e cheguei a ser deputado. Não vi alguém, em toda a minha vida, que tenha começado a trabalhar desde pequeno e não tenha tido sucesso, deputado Moacir Sopelsa.

Eu entendo, deputado Pedro Uczai, que é muito bonito contar histórias, mas na prática não é assim! Na prática tem que punir, sim! Se não houver uma advertência para menores mal-intencionados, que praticam esses crimes bárbaros por aí, não haverá freio, não! Eu até acho que um deputado federal do meu partido apresentou uma sugestão na Câmara Federal que eu aprovei e que é a seguinte: o menor que cometer crimes vai ser tratado como menor, mas quando completar a maioria ou quando completar 18 anos vai para a cadeia como preso comum e irá responder pelos atos que praticou quando menor de idade.

Srs. deputados e povo catarinense, dizer que o jovem de 16 anos, de 17 anos não tem consciência do que faz, eu não concordo! Não estamos em 1940, em 1950, quando ainda, deputado Dagomar Carneiro, chegávamos em casa e pedíamos a bênção para o pai, para a mãe e lavávamos os pés deles. Esse tempo já passou! Hoje a evolução é muito maior, deputado Manoel Mota. Os jovens estão com os meios de comunicação à sua mercê. Um jovem de 14, 15, 16 anos sabe tanto quanto eu o que significa a violência. Por isso eu entendo que tem de haver rigor na lei, sim! Tem de haver alguma coisa para que se tenha medo, alguma coisa que imponha respeito.

Deputado Pedro Uczai, é claro que o assunto é interessante, é importante, mas o Brasil inteiro e, por que não dizer, o mundo inteiro estão estarecidos com o que aconteceu com aquele menino no Rio de Janeiro, não só aquele menino, mas também com aqueles menores aqui da capital do estado! Estão usando menores para praticar crimes porque eles ficam impunes, não vão para a cadeia, eles ficam recolhidos.

Eu concordo com v.exa., deputado Pedro Uczai, quando disse que lá não vão reformar coisa alguma! O menor precisa ir para a cadeia, sim! Nos países desenvolvidos, menores de 14 anos já são punidos quando praticam crimes violentos contra a vida, quando praticam esses tipos de crimes que são públicos e notórios.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não, com todo o prazer.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. deputado Onofre Santo Agostini, realmente este é um tema muito polêmico e que o Brasil está agora discutindo. Mas quero aqui defender que sou contra, sim, a redução da idade penal. Sabe por que, deputado Onofre Santo Agostini? Porque nós temos que repensar a nossa sociedade. Esse crime que aconteceu no Rio de Janeiro acontece quase todos os dias lá.

O deputado Dagomar Carneiro, que usou esta tribuna anteriormente a v.exa., trouxe uma problemática da cidade de Brusque, ou seja, que as penitenciárias estão cheias. Então, não é reduzindo a idade penal, deputado Onofre Santo Agostini, que vamos resolver o problema da criminalidade em nosso país, em nossa cidade, em nosso município. Nós temos, sim, que trabalhar com a educação; nós temos, sim, que valorizar o nosso magistério; nós temos, sim, que repensar essa situação!

Por isso, deputado, quando v.exa. fala que tempos atrás pedia benção para o pai e para a mãe, é sinal de que temos que repensar a educação dentro da nossa casa, com os nossos filhos. Não adianta passar a idade penal para 16 anos, porque daqui a pouco o criminoso vai ter 12, dez, oito anos. Nós temos que trabalhar as modificações na educação! É dessa forma que vamos conquistar o município, o estado e um país melhor. Temos que respeitar a nossa criança, o nosso adolescente e, principalmente, os nossos professores.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputada, eu estou de acordo com v.exa. Eu também acho que se deve investir na educação. Agora, discordo quando diz que o menor pode fazer o que bem entender e está tudo certo porque é menor de idade! Pode matar, pode fazer isso, pode fazer aquilo. Concordo com a deputada Ana Paula Lima ao dizer que não precisamos ir ao Rio de Janeiro para saber de toda essa criminalidade, pois aqui os noticiários de Santa Catarina veiculam que estão usando menores para praticar crimes, e crimes violentos, crimes contra a vida!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado Pedro Uczai, infelizmente, o tempo está-se esgotando, mas vou ouvir, com todo respeito, v.exa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Onofre Santo Agostini, acho que esse tema é fundamental que discutamos aqui. Penso que discutir a violência como uma questão só de punição contra a criança e contra o adolescente, colocando-os em penitenciária ou em outras formas de punição, eu não concordo. Eu não quero discutir este assunto dentro da vã filosofia, mas entendo que é importante que se inclua, dentro de uma política pública, a criança e o adolescente na cultura, no lazer, no emprego de seus pais, na habitação, na educação decente. É nessa direção que se resolve e se combate a violência e não colocando a criança, o jovem na escola do crime, que é mais uma penitenciária...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do nosso companheiro Clarindo Francisco Fantoni, vice-prefeito do município de Gaspar, que se encontra no exercício do mandato durante o período de férias do prefeito titular Adilson Luis Schmitt.

Quero dizer da alegria de recebermos esse valoroso companheiro, especialmente no dia em que recebemos também a comunicação oficial de que o prefeito Adilson Luis Schmitt entregou, no dia de hoje, a sua desfiliação do partido a que pertencia, que é o partido do governador.

Deixou, portanto, o partido do deputado Manoel Mota, o prefeito de Gaspar. Assim sendo, os nossos cumprimentos tanto ao prefeito pela corajosa decisão, quanto ao prefeito em exercício, que nos visita no dia de hoje.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, quero também registrar a presença, nesta Casa, do prefeito em exercício de Gaspar, Clarindo Francisco Fantoni, nosso particular amigo, acompanhado de sua esposa Maria Salete e do empresário Charles Schmitt, que estão aqui na Assembleia Legislativa tratando de assuntos de interesse da cidade.

Era isto, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Antes de adentrarmos na Ordem do Dia, a Presidência transmite ao Plenário a proposta de cronograma para tramitação dos projetos que compõem a reforma administrativa, proposta esta que foi aprovada, hoje, na reunião da comissão de Constituição e Justiça.

De 28/02/07 a 15/03/07 - período para realização de audiências públicas conjuntas;

Dia 22/03/07 - prazo final para apresentação de emendas aos projetos;

Dia 27/03/07 - deliberação conjunta pelas comissões;

Dia 27/03/07 - à tarde, se houver deliberação nas comissões, já poderemos votar em plenário;

Dia 28/03/07 - a mesma coisa que do dia 27 e também no dia 29/03/07, o que nos deixaria tranquilos em relação ao cumprimento do prazo, uma vez que os projetos estão em regime de urgência e os prazos vencem no dia 30 de março de 2007.

Esse cronograma, srs. deputados, deve ser seguido pelas comissões para tramitação dos projetos.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, está correto o que v.exa. anunciou sobre a deliberação da comissão de Constituição e Justiça, porém ainda não conversamos com o sr. deputado Jorginho Mello, da comissão de Finanças e Tributação, porque não tivemos oportunidade, mas s.exa. dever retornar ao plenário. Já conversei a respeito com o deputado Onofre Santo Agostini, que é o presidente da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que concordou. Só estamos na dependência de falar com o deputado Jorginho Mello, para que possamos cumprir esse roteiro com audiências públicas conjuntas das três comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência solicita a v.exa., na condição de presidente da comissão de Constituição e Justiça, que faça os entendimentos, uma vez que no dia 28 e 29, impreterivelmente, os projetos irão à votação em plenário e é importante que eles sofram o debate através das audiências públicas e da deliberação pelas comissões.

A Presidência também dá ciência ao Plenário de um ofício do deputado Sargento Amauri Soares, que é o líder da bancada do PDT na Casa.

(Passa a ler.)

"Sr. Presidente,

Dirijo-me a V.Exa. com o propósito de solicitar a abertura de espaço durante a sessão ordinária da Alesc de 27 de fevereiro de 2007, mediante acordo de lideranças e/ou suspensão da sessão se necessário, para ouvida de representante (Danilo Ledra) do SINTE/SC, uma vez que a entidade deseja prestar esclarecimento sobre o processo de eleição direta para diretor de unidade escolar realizado em escolas da rede pública estadual, cuja validade é reivindicada pela entidade." [sic]

Evidentemente que esta decisão compete aos srs. líderes, como de praxe. A Presidência sugere que haja deliberação dos líderes. Em caso de aprovação, logo após a Ordem do Dia, conforme entendimento mantido, ontem, com a direção do Sinte, nós abriríamos espaço de dez minutos para manifestação do seu representante.

Consulto os srs. líderes para saber se concordam.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Concordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Concordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Concordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Concordo, sr. presidente.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Concordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Concordo, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concordo, sr. presidente.

Então, fica deliberado pelos srs. líderes que, após a Ordem do Dia, abriremos um espaço, conforme praxe, para ouvirmos o representante do Sinte.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações ns. 0030/2007 e 0031/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0032/2007 e 0033/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao padre Elias Della Giustina, pela posse como novo pároco da Catedral Diocesana de Tubarão.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Abrigo dos Velhinhos de Tubarão, cumprimentando-o pelo trabalho social realizado naquela entidade e pela passagem do Dia do Velhinho.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao bispo de Tubarão, dom Jacinto Bergmann, manifestando o seu apoio à Campanha da Fraternidade 2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. José Grasso Comelli, cumprimentando-o pela reeleição como presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Gravatal - Cergral.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Evanísio Uliano, cumprimentando-o pela reeleição como presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Braço do Norte - Cerbranorte.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Unisul TV, cumprimentando-a pela transmissão dos desfiles de carnaval de rua de Tubarão.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Liga Independente das Escolas de Samba de Tubarão e entidades carnavalescas, cumprimentando-as pela organização dos festejos de Momo no município de Tubarão.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria da deputada Odete de Jesus, a ser enviada à gerente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel/SC, solicitando empenho no sentido de cobrar da concessionária de serviços públicos do estado de Santa Catarina, a empresa Brasil Telecom, o detalhamento e discriminação das faturas telefônicas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Moacir Sopelsa, a ser enviada ao diretor da filial da Brasil Telecom, ao gerente da Telefonia Móvel Vivo, ao superintendente da TIM Celular, ao diretor da Claro Celular e à gerente da Anatel em Florianópolis, solicitando a implantação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel ou ampliação da área de cobertura que circunscribe os municípios de Arbutã, Ipumirim e Lindóia do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao diretor da filial da Brasil Telecom, ao gerente da Telefonia Móvel Vivo, ao superintendente da TIM Celular, ao diretor da Claro Celular e ao presidente da Anatel, a instalação de antena de telefonia móvel ou ampliação da área de cobertura da região que circunscribe o município de Imbuia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte - DNIT -, solicitando uma reunião com representantes da comunidade de Paulo Lopes, para discutir o local da edificação do elevador de acesso da BR-101 naquela cidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Genésio Goulart, a ser enviada ao ministro dos Transportes, solicitando a construção de um elevador no km 335 da BR-101, no trecho principal de acesso ao município de Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada à ministra do Meio Ambiente e à bancada catarinense no Congresso Nacional, solicitando a reavaliação da proposta que impõe o desalojamento das famílias de agricultores catarinenses sediadas na área do Parque Nacional do Campo dos Padres, no município de Bom Retiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos referentes aos cargos de consultor educacional e assistente técnico pedagógico de nível médio, existentes nas secretarias de estado do Desenvolvimento Regional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao governador do estado, solicitando a cópia do processo licitatório da secretaria de estado do Desenvolvimento Regional de Ituporanga referente a imóvel urbano localizado à rua 7 de setembro, no bairro Santo Antônio, no município de Ituporanga.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao governador do estado, solicitando o envio de cópia integral dos Processos Licitatórios ns. 17.801, 17.804, 17.811, 17.872, 17.816, 17.824 e também a cópia integral do processo, juntamente com o contrato e respectivo aditivo publicado no *Diário Oficial*, no dia 17 de fevereiro de 2003, página 19.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica ainda que será encaminhada ao presidente da SCGAS, Indicação n. 0035/2007, de autoria do deputado Renato Hinnig, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Moção de autoria deste deputado, a ser enviada ao presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, manifestando votos de cumprimentos pela iniciativa da criação de turmas descentralizadas no estado de Santa Catarina, otimizando os serviços e facilitando o acesso do cidadão à justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, a ser enviada ao ministro da Justiça, ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Senado Federal, e a todas a bancada catarinense no Congresso Nacional, manifestando contrariedade e repúdio a toda e qualquer proposição legislativa que esteja tramitando e que vise a alterar a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional no que se refere à redução da idade de responsabilidade penal para menos 18 anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fica registrado o voto contrário do deputado Antônio Aguiar à moção do PT, conforme requerimento do mesmo.

A Presidência orienta os srs. parlamentares, de modo especial os deputados que ingressaram nesta legislatura, que os requerimentos e as moções devem dar entrada no horário previsto pela assessoria, para que não haja nenhuma alteração na pauta Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

A Presidência, conforme estabelecido pelo colégio de líderes, suspenderá a presente sessão por dez minutos para ouvirmos o representante do Sinte de Santa Catarina, sr. Danilo Ledra.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - A Presidência dá por reaberta a sessão ordinária.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A primeira oradora inscrita é deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Sr. presidente, gostaria de anunciar a presença, nesta Casa, do presidente da Câmara Municipal e prefeito em exercício do município de Otacílio Costa, Robson Oliveira Medeiros, que está visitando Florianópolis e este Parlamento.

Seja bem-vindo, prefeito, esta Casa está inteiramente a sua disposição.

Obrigado sr. presidente.

O sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de registrar a presença do vice-prefeito, e agora prefeito em exercício de Gaspar, nosso companheiro Clarindo Francisco Fantoni, que está acompanhado de sua esposa. Ele, no exercício do cargo de prefeito, nos traz a informação de que o atual prefeito de Gaspar entregou, hoje, no cartório, sua desfiliação do PMDB.

Portanto, o prefeito de Gaspar não faz mais parte das fileiras do PMDB.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Odete de Jesus, estou vivenciando, realmente, um momento de tristeza. É um momento de tristeza, mas sabemos, quando nascemos, que algum dia partiremos.

(Passa a ler.)

"Cabe-nos, sr. presidente, o dever de transmitir aos senhores e às senhoras a perda, no dia de ontem, segunda-feira, de uma cidadã do nosso convívio, funcionária exemplar do Poder Legislativo há quatro anos e que nos dava a honra de contar com os seus préstimos, a sua inteligência e a sua experiência profissional.

Falo de Ula Weiss, jornalista com mais de 20 anos de serviços prestados à imprensa catarinense, notadamente junto ao *Jornal de Santa Catarina*, ao *Diário Catarinense* e à *A Notícia*.

Ula Weiss integrou a assessoria do prefeito de Blumenau, Décio Lima, durante seu segundo mandato.

Foi uma das mais inteligentes e perspicazes jornalistas de Santa Catarina. Era conhecida por seu temperamento forte e combativo, não economizando palavras para expressar sua opinião, às vezes teimosa, mas muito séria.

Dona de uma excelente memória, atuou nos veículos de comunicação, assessoria empresarial e política, onde circulou com desenvoltura, adquirindo o respeito das fontes e dos leitores. Cabe destacar a sua atuação no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, onde foi diretora no período de 1999 à 2005.

Ula Weiss foi provavelmente, em Blumenau, a maior interlocutora, na década de 80, do Movimento de Oposição Sindical, que lutou por uma nova orientação profissional e política do Sindicato dos Jornalistas do Estado.

Desde 2005, sr. presidente, era a representante deste Poder Legislativo junto ao Cedim (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher), produzindo e apresentando, semanalmente, o *Minuto da Mulher*, veiculado pela Rádio Alesc e reproduzido para outras rádios do estado.

Seu sepultamento foi realizado no final da tarde de ontem, segunda-feira, no cemitério Jardim da Paz, no município de Timbó.

Ula Weiss deixa um legado extraordinário de exemplos de idealismo, inteligência, tenacidade e uma inquebrantável vontade de superação diária, virtudes que muito provavelmente a tornaram, ao longo de sua existência, uma vitoriosa em todas as atividades que exerceu em sua vida.

Segundo nos ensinou ela própria, só existe saber na invenção e na reinvenção, na busca inquieta e impaciente, no pensar autêntico. Suas ações eram sempre precedidas pelo mais arraigado idealismo, independente do profissionalismo que a norteava em busca da certeza da missão bem cumprida.

Em horas amargas como esta, somente a lembrança desta verdade, serve como alento vivificador de energias. Por isso, a nossa saudade. Saudade que sabem sentir todos aqueles que tiveram a alegria de privar de sua amizade e do seu convívio.

Sras. deputadas e srs. deputados, em verdade, a análise e incursão aos sagrados escaninhos do sentimento, traz-nos a dimensão real dos valores e indica-nos que cada indivíduo é, em si, um verdadeiro universo. E é a esse universo de pessoa, de profissional que espargiu exemplos sempre impregnados de um sentido universal de compreensão que queremos homenagear na data de hoje, de forma simples, com palavras simples...

Ula Weiss era uma pessoa simples, mas que, encanecida nas lides da vida, usava a linguagem das estrelas, quando necessário.

Ula Weiss possuía sabedoria, que independe do conhecimento e da cultura, a sabedoria dos humildes.

É com essa sabedoria e com essas palavras que queremos homenageá-la, pois é dessa forma que a guardamos em nosso imo, em nosso âmago.

Aos seus pais, irmãs, cunhados, sobrinhos, parentes e amigos as nossas condolências.

Sr. presidente, deixamos registrado nos anais desta Casa, em meu nome, em nome do meu esposo Décio Lima, em nome de todos os funcionários do nosso gabinete, companheiros e companheiras de trabalho e também de todos os que tiveram a honra de privar da amizade da Ula e que se sentem tão amargurados quanto nós, a nossa tristeza, o nosso sentimento de perda e a nossa saudade.

Santa Catarina perdeu uma excelente profissional de imprensa. Certamente ficou marcado por onde passou. Mas eu, sras. deputadas, srs. deputados, perdi uma fiel amiga.

Muito obrigada!"

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputada Ana Paula Lima, receba de nossa parte e da nossa bancada também, com a permissão do nosso líder, deputado Kennedy Nunes, a nossa solidariedade neste momento difícil para v.exa., para o seu gabinete e para a sua família, até pela ligação afetiva entre v.exa., sua família e a sua assessora. A família, a todos, a nossa solidariedade neste momento de dor.

Mas ainda nos reportando ao assunto que hoje mobiliza o Sinte, nesta Casa, e que desde o final de semana chama a atenção da sociedade catarinense, em função do início do ano letivo no dia de ontem, gostaria de dizer, deputado Kennedy Nunes, que tive pouco tempo no horário do partido, mas aquela situação lastimável que vimos apresentada no jornal do SBT, na noite de ontem, acerca das escolas interditadas em Joinville, não se restringe ao município de Joinville. As demais escolas interditadas em diversos municípios catarinenses e denunciadas pela Oposição nesta Casa, deputado Pedro Baldissera, há mais de um ano também não foram equacionadas.

Na região que representamos, deputado Décio Góes, as escolas que estavam há mais de um ano interditadas também não tiveram uma solução. E vou citar um exemplo só: a escola da Cabeçuda, no município de Laguna. E v.exa. também já recebeu, certamente, a comissão de pais e de professores, que não têm sequer onde ministrar as aulas neste início do ano letivo. O local alugado, onde estavam sendo alojados os alunos, também foi interditado, e hoje aquela comunidade se encontra desesperada pela falta de solução. No município de Tubarão são três escolas na mesma situação. Em Blumenau, Chapecó, todas as outras, deputado Pedro Baldissera, estão sem nenhuma solução.

E aí é que não consigo compreender, porque quando o ex-governador Eduardo Moreira entregou o cargo, no final do mandato, anunciou que havia um superávit, que todos os problemas de Santa Catarina estavam resolvidos e que entregava ao seu sucessor um estado em condições de pleno funcionamento. E eu guardei aqueles recortes, eis que foram muitas as notícias da saúde financeira do estado de Santa Catarina. Mas a verdade não leva muito tempo para aparecer, e agora o colunista de economia do jornal *ANotícia* já anunciou no sábado, dia 17, o corte de R\$ 1 bilhão do Orçamento do estado para o exercício de 2007. Motivo do corte: ajustar as contas.

Diz a nota:

(Passa a ler.)

"A Fazenda estadual está na obrigação de cortar R\$ 1 bilhão do Orçamento de 2007, aprovado pela Assembléia."

Que papel o nosso! Aprovamos em dezembro e não durou nem 90 dias o que esta Casa aprovou. Essa é matéria para fazer uma reflexão sobre o nosso papel, inclusive sobre o papel institucional desta Casa, que discute e aprova o Orçamento, discute e aprova a matéria mais importante que aqui tramita, com audiências públicas do Orçamento Regionalizado, com discussão em todas as regionais, com a participação do povo, enfim, a Casa aprova, discute à exaustão e três meses depois a caneta autoritária daquele que se diz o governador da descentralização, daquele que se diz o governador que governa não sei com quantas mãos e com quantas canetas - como eu ouvia com frequência de um determinado deputado nesta Casa - aquele cidadão, dono da caneta que vale efetivamente, dá um "cortaço" de um R\$ 1 bilhão, 20% do Orçamento, na primeira tacada. Para quê, deputado Onofre Santo Agostini, por quê?

(Passa a ler.)

"O descompasso, diz a matéria, consta das rubricas das contas da dívida pública, despesas com Pasesp e com a própria folha de pagamento de servidores. Nos três casos, os cálculos foram feitos em valores inferiores aos agora verificados."

Quinto ano de mandato e eles ainda não aprenderam a elaborar a peça orçamentária! Eles têm que entregar a toalha! Eles têm que chamar uma equipe de pessoas que saibam trabalhar, que tenham responsabilidade, que saibam fazer. Só que isso aqui não é pano de fundo, não, deputado Kennedy Nunes, isso aqui é o que eles dizem. Eles dizem que estão cortando porque não têm dinheiro. Estão cortando porque as empreiteiras estão batendo na porta, reclamando as medições do ano passado. Estão cortando porque as escolas estão quebradas e não podem começar a funcionar. Estão cortando porque aprovaram reajustes salariais, gratificações para servidores, politicamente, aqui, no ano passado, que entraram em vigência agora, e não têm como pagar. E, pior do que isso, concederam gratificações eleitorais, aumentando irresponsavelmente a folha de pagamento do estado.

Continua a nota:

(Passa a ler.)

"Este R\$ 1 bilhão corresponde a 12% do Orçamento do ano, estimado em R\$ 9 bilhões. O facão está sendo afiado pelo diretor-geral da pasta, Pedro Mendes (até dezembro responsável pela arrecadação) e pelo secretário Sérgio Alves. A atuação é em duas frentes: reduzir em R\$ 500 milhões as despesas e tentar achar outros R\$ 500 milhões em receitas adicionais, via aperto à sonegação, por exemplo. A decisão está tomada. Se não o fizermos agora, não haverá dinheiro sequer para pagar compromissos essenciais!"

Isso está acontecendo logo no início do governo que assumiu com tudo em dia! É verdade, então, deputada Odete de Jesus, que estava tudo em dia? Quem faltou com a verdade? Quem anunciou, em dezembro, que estava entregando o estado saneado ou quem dois meses e pouco depois anuncia esse corte para ajustar as contas?

O problema é que agora nem dá para falar mal. E eles insistem em falar mal do governo anterior, mas falando mal do governo anterior não se sabe se estão falando mal do Eduardo Pinho Moreira, o maior marajá do Brasil, homem que ganha R\$ 22 mil de pensão de ex-governador e mais R\$ 20 e tantos mil como presidente da Celesc - que deve ser o maior salário do Brasil, inclusive repercutiu em nível nacional nesta semana - ou se estão falando de outro.

O teto máximo do Brasil é de R\$ 29 mil. Existe um marajá catarinense, ex-governador, que ganha quase o dobro disso, quase R\$ 50 mil por mês de salário quente, oficial. E esse homem diz que entregou tudo em dia, deputado Décio Góes, talvez tão em dia como v.exa. tenha recebido a prefeitura de Criciúma. Talvez tão em dia como v.exa. bem conhece. Só que agora fala mal. Aí fica complicado. Mas de vez em quando dão com a língua nos dentes aqui. E existem uns novatos por aí que ficam afoitos, querendo fazer média com o chefe, especialmente porque precisam fazer média com o governador, que saem na defesa, às vezes sem pensar muito, e dizem que é culpa do governo anterior, esquecendo que eles estão no poder há quase cinco anos. E a quebraadeira está aí. E agora, para complicar ainda mais, começam a noticiar que pretendem legalizar os papéis do maior escândalo financeiro que este estado já vivenciou, o famoso escândalo das Letras.

Deputado Pedro Uczai, recebi hoje cópia da petição da OAB, da inicial, propondo *impeachment* do então governador Paulo Afonso Vieira. Encontrei cada assinatura naquele documento que vou começar a questionar. E a primeira é a de s.exa., o procurador-geral do estado, que assinou a petição do *impeachment* do então governador Paulo Afonso Vieira. E agora, como procurador-geral do estado, será que vai retirar a sua assinatura daquele documento? Será que como procurador-geral do estado vai aportar outra assinatura, dizendo da legalidade daquele processo para que as Letras sejam federalizadas?

São discussões que vão esquentar muito este Plenário. Somos poucos, é verdade. E existe uma legião toda preparada para vir aqui depois que falamos, para tentar desqualificar-nos. Mas vamos continuar agindo assim, com documentos, com reportagens, com fotografias, com assinaturas deles próprios, com matérias de notícias que festejaram, para ver onde efetivamente está a verdade.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente e srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de saudar a presença da grande e nobre equipe do PMDB de Itapema, na pessoa do nosso vereador Preto Vieira, na pessoa do Quinho, que é seu chefe-de-gabinete, na pessoa do nosso presidente do PMDB, Jorge Acioli, que é nosso secretário, e na pessoa da Terezinha, que representa o PMDB Mulher. É um prazer muito grande recebê-los aqui e tê-los como nossos companheiros. Cito, também, a presença dos vereadores do município de Garuva: Velo, Levi, Roberto Justiniano, que é chefe-de-gabinete da Câmara Municipal de Garuva, e do Alexandre Benedit, que representa a juventude do PMDB de Santa Catarina.

Como as coisas acontecem de forma engraçada! Onde está o deputado Joares Ponticelli? Não está no plenário novamente? Ele tem essa mania. Ele fala e corre. Ele fala e sai. Ele traz à baila matérias preclusas, que já perderam o sentido de discussão, que já passaram e quer discutir novamente um *impeachment* de um governador que não é mais governador. Vejam só a mente desse nobre deputado, que merece todo o nosso respeito, que está passando por esta Casa pela terceira legislatura, pela terceira vez.

S.Exa. agora é o presidente da Escola do Legislativo. S.Exa. agora é o professor do Legislativo catarinense e pensa que aqui no plenário também é professor. Agora s.exa. lançou a teleaula de plenário. Toda sessão ele traz um videozinho - um dia é sobre a "ambulancioterapia", outro dia é sobre a greve dos professores, sobre o movimento do não sei o quê. Não sei onde s.exa. está querendo chegar. S.Exa. quer que todo mundo pense como ele.

Até vou solicitar ao nobre deputado Joares Ponticelli, experientíssimo deputado, cuja votação vem crescendo a cada eleição, que funde um partido, o PRP, não é o PR, com todo respeito à nossa nobre deputada Odete de Jesus, é o PRP - Partido da Raça Pura - porque o seu discurso, a sua fala e a sua presença em plenário é o que todo mundo quer ter. Eu queria ter um prefeito assim lá em Balneário Camboriú; eu queria ter vereadores assim lá na Câmara Municipal; eu queria ter um governador assim no estado catarinense. Também faço um novo desafio: que ele seja candidato ao governo do estado na próxima eleição e que resolva os problemas da deficiência deste governo; que implante a sua linha máxima de aplicação de desenvolvimento, de capacidade administrativa, porque nunca vi uma pessoa tão boa falando, nunca vi uma pessoa que tenha solução para todos os problemas. Quer dizer, se o governo do PMDB, o nosso governo, quer cortar gastos, ele reclama, porque vai cortar gastos, mas se não corta, ele reclama porque o governo não corta. Então, não dá para entender, deputado Manoel Mota, onde é que esse nobre deputado quer chegar.

Quero solidarizar-me com os professores que aqui estão, pelo seu pleito em nome da democracia. Respeito e gostaria que estivessem aqui ainda, na Casa, embora exista um problema por conta da legalidade. O poder público é diferente da iniciativa privada. O homem da iniciativa privada pode fazer tudo que a lei não proíbe, mas o homem público não, o homem público só pode fazer o que a lei permite. Mas é nobre a luta de vocês. Acho que temos que trazer a discussão para esta Casa, para ver quem tem razão e quem não tem, respeitando o entendimento diverso. Viva a diferença. Não podemos pensar todos da mesma forma. Temos que nos respeitar e entender que somos diferentes. Quer dizer, particularmente, confesso - e não falo por trás - que não concordo com a eleição direta. Acho que a educação faz parte do governo, que pertence ao estado. Se um dia eu for prefeito da minha cidade não farei eleição direta, mas se aqui a maioria decidir pela eleição direta, vou cobrar o cumprimento dela, podem ter certeza disso. Mas tem que haver a discussão, o debate.

Peço encarecidamente aos professores da rede estadual que não deixem as nossas crianças sem aula. O mais importante de tudo é a atenção às nossas crianças. Vamos discutir, vamos debater, vamos esgotar ao máximo o assunto, mas não vamos colocar isso em primeiro plano. Vamos deixar nossas crianças em primeiro plano, vamos fazer com que as nossas crianças tenham o direito do acesso à aula. Isto, sim, é fundamental. E depois vamos debater aqui. Tomara que vocês vençam e consigam. E se passar aqui, nesta Casa, e aí a lei permitir, como o poder público preconiza, deputada Ana Paula Lima, que me conhece, serei um defensor do cumprimento da lei. Mas acho que aqui, sim, tem que haver essa discussão. Chega de afastar esse tema deste plenário. Creio que o momento é muito sério, merece a nossa atenção, vamos respeitar as diferenças, os entendimentos, mas vamos hoje, pelo amor de Deus, conceder aula aos nossos alunos, às nossas crianças.

Sou de família de professores e respeito o entendimento contrário. Minha tia, minha irmã, minha família é toda formada de professores. O próprio professor tem que mostrar o papel transcendental que tem de educar os nossos filhos e de se comportar da maneira devida para isso.

Eu quero dizer ao deputado Kennedy Nunes que eu me comprometi aqui na última sessão (pena que o nosso tempo é muito curto e vou fazer uma emenda regimental para que possamos aumentar o tempo na tribuna para podermos esgotar ao máximo os assuntos) a trazer um levantamento sobre o Hospital Materno-Infantil de Joinville.

Infelizmente, deputado Kennedy Nunes, diversas falas que v.exa. fez não batem com a realidade daquela instituição de saúde. V.Exa. falou que o governo do estado ficou durante três anos e meio sem aplicar nenhum centavo no Hospital Materno-Infantil. Nós temos aplicações, no ano de 2003, na ordem de R\$ 6.874.437,26; no ano de 2004, na ordem de R\$ 938.909,26; e no ano de 2006, no ano deputado, na ordem de R\$ 11.897.420,23.

Então, disse a v.exa.: faça o seu trabalho! Eu fui vereador de Oposição e fazia muito bem o meu trabalho. Mas não acontece aqui como o deputado Joares Ponticelli disse, que nós falamos e não provamos. Eu falo e provo! Está aqui! Se v.exa. precisar, eu faço uma cópia e remeto-a ao seu gabinete para que v.exa. reexamine a matéria para que possamos ter parâmetros e alcançar o equilíbrio na discussão, porque falar por falar não serve!

Há deficiências na saúde? Há! V.Exas. entregaram o hospital, no ano de 2002, somente com o casco, sem nada dentro, mas nem por isso eu vou condená-los. Talvez não tenha dado tempo de equipá-lo. Agora veja v.exa. a relação de equipamentos que o governo Luiz Henrique levou para o Hospital Materno-Infantil de Joinville. Eu não vou citá-los porque são muitos. Portanto, o governo Luiz Henrique, do PMDB, equipou o hospital! E a relação vai de um a 106 equipamentos, perfazendo um total de quase R\$ 10 milhões.

Quanto ao fato da marmita, quero saber: a comida está estragada? Porque se não estiver, não há problema algum; hoje se trabalha de forma terceirizada. Quanto ao fato de a roupa ser lavada fora, também não há problema nenhum. Ela está vindo suja? Ela transmite infecção hospitalar? Possui algum problema dessa ordem? Certamente que não! Então, também não tem problema nenhum. Quanto à goteira da recepção, era por causa de um problema do ar-condicionado e já foi resolvido.

Agora, quanto ao problema do banheiro, é um problema da construção física do prédio, feita pelo PP e entregue no ano de 2002. Talvez possamos ir lá ver o que podemos fazer para reparar, mas vamos ter de quebrar toda a laje porque v.exas. não fizeram o acompanhamento da construção. Infelizmente, v.exas. nos entregaram daquele jeito e tivemos que dar funcionalidade ao hospital. Hoje, graças a Deus, ele já atendeu mais de mil crianças. Se v.exas. quiseram fechar o hospital, a responsabilidade será dos nobres parlamentares!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público aqui presente, telespectadores da TVAL e colegas de imprensa, quero ser breve, deputado Edson Piriquito. Gostaria que v.exa. tivesse uma certeza: nós fazemos oposição, mas não é do seu jeito, não. V.Exa. falou naquele microfone que por algum tempo fez oposição em Balneário Camboriú. E conforme palavras suas, que nós pudemos requisitar, v.exa. sabe manipular a opinião pública: "Eu sei fazer isso" - repito, palavras suas ali naquele microfone. Nós não sabemos nem queremos aprender a manipular!

Por favor, antes de v.exa. falar alguma coisa, verifique muito bem os números que lhe passamos. Vou pedir que seja exibido um vídeo que não é aulinha teatral não, deputado. Eu gravei e v.exa. irá assistir - e peço que todos os deputados também assistam -, pois não é o que me disseram! (Procede-se à exibição de vídeo.)

Sr. deputado, penso que algumas das perguntas que v.exa. fez aqui já estão respondidas. A comida vem azeda; a mamadeira, que é feita às 17h, é servida até o outro dia às 18h30min; a roupa lavada na lavanderia está deixando as crianças assadas; e outras coisas que o senhor pode ter visto - e não fui eu que falei - foram os usuários e os funcionários do hospital.

Se v.exa. acha que isso é bom, eu me envergonho de v.exa.! Mas se pensa que isso daí precisa mudar, venha para as sentinelas, deputado, seu DNA é de oposição. Entendo, sim, que a sua posição de suplente nesta Casa deixa-o um pouco atado, porque sei que dentro deste coração há uma vontade de lutar pelo povo. Eu o convido, mais uma vez: venha para nós! É importante termos sentinelas com o seu perfil, um perfil bom; eu entendo que v.exa. é bom.

Mas faço mais ainda: estou encaminhando um pedido para que a comissão de Saúde faça uma visita, *in loco*, não agendada ao hospital. V.Exa. está convocado para andar ao meu lado, mas não para conversar com a diretoria, que v.exas. viram que é gente boa, e sim com o usuário e fazer o que eu fiz. Eu não estou falando nada, quem fala no lugar deste deputado é...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes e professores, como é bom a pessoa ser oposição, pois joga como quer, para quem quer e, às vezes, não enxerga a verdade.

O eminente deputado que faz essas acusações e depois foge do plenário... Não estou falando de v.exa., não! Calma aí que a sua vez também vai chegar! Eu estou falando do deputado Joares Ponticelli. Ele está acostumado a fazer o pronunciamento e depois fugir do plenário. Hoje ele está aqui para ouvir um pouquinho.

Eu estava ouvindo o seu pronunciamento e escutei quando disse que o governo aprovou projetos que elevaram a folha de pagamento, que praticamente foi irresponsável, do seu ponto de vista. Mas s.exa., ali daquela cadeira, ajudou a aprovar esses projetos e manipulou para levar um discurso aos funcionários que estavam aqui nas galerias e buscar votos, mas sabia que trariam, sim, mais despesas para o governo.

E agora dizem: sou oposição, posso tocar tudo! Mas v.exa. não aprovou? Querem que façamos um levantamento dos votos para saber se esses projetos foram aprovados também com o voto do deputado Joares Ponticelli?!

Não sou engenheiro e também nunca fui pedreiro, mas sei que uma casa ou uma escola não se destrói em quatro anos! Ela se destrói se alguém irresponsável não cuidou antes! Daí é evidente que agora vai estourar tudo. O governo terá que recuperar todas as escolas porque elas estavam jogadas no lixo! E isso começou a acontecer no governo do sr. deputado Joares Ponticelli, porque em quatro anos escola nenhuma iria ser destruída!

Ele vem falando tanto nisso, que o seu CD já deve estar gasto, porque o discurso é sempre o mesmo, não muda nada! Só que agora está trazendo um audiovisual para mostrar alguma coisa, mas está mostrando aquilo que seu próprio governo fez!

Referiu-se aqui como sendo "marajá" um homem honrado, um homem de bem, que foi eleito pelo voto do povo catarinense como vice-governador. Mas Luiz Henrique, um homem honrado e ético, não quis disputar com a caneta na mão e renunciou para que Eduardo Pinho Moreira assumisse. Evidentemente que, no final do governo, aposentou-se, e agora, como diretor, tem que trabalhar. Qualquer um podia ser diretor. No entanto, o ex-governador Esperidião Amin não precisa ser diretor para ter o maior salário daqui, para ser o marajá de Santa Catarina, porque é aposentado como senador, é aposentado como governador e não sei mais quantas aposentadorias possui.

Então, precisamos aliviar um pouquinho. As pessoas não precisam saber de tudo isso, mas já que v.exa. levantou, elas têm que saber. E nós precisamos resgatar toda a verdade aqui. Se ele fosse, hoje, presidente da Celesc, com certeza o dele seria o maior salário do país. Mas já recebe mais do que o presidente da Celesc porque tem todas essas aposentadorias.

Eu acho o seguinte: o eminente deputado Kennedy Nunes veio a mando da mesma escola porque chegou com o mesmo discurso. Outro dia, numa entrevista na Rádio Antena 1, em Criciúma, esse era o discurso do governador derrotado por duas vezes nas urnas. Portanto, o discurso é sempre o mesmo, não muda nunca!

Então, a escola veio do outro lado para agora estar assim. Mas é o seguinte: uma vez deu certo e daí passaram quatro anos não fazendo outra coisa a não ser falar no governo Paulo Afonso. Esqueceram do estado de Santa Catarina e era sempre o mesmo discurso: falar do ex-governador Paulo Afonso. O que aconteceu? Foram derrotados nas urnas com a caneta na mão. Luiz Henrique renunciou à prefeitura de Joinville e eles foram derrotados pelo povo catarinense!

Daí tivemos quatro anos de críticas violentas e o que aconteceu? Mais uma derrota extraordinária, pois o povo catarinense, que sabe o que quer e conhece este homem honrado, este homem de bem, que é Luiz Henrique, votou em quem? Em Luiz Henrique!

Então, agora vão para o terceiro tempo. E o deputado Joares Ponticelli deve, em seguida, estar arrumando uma cidade para morar, porque foi para o Alto Vale, foi para Tubarão e, se não me engano, numa cidade de 65 mil votos, não chegou a 6 mil votos. Portanto, isso mostra que o povo não o quer mais, que os discursos aqui inflamados, bonitos, não estão dando certo porque não são verdadeiros e reais. A todo instante coloca coisas que não precisam ser colocadas, e o povo ninguém mais engana! Não adianta virem com esses discursos para enganar o povo!

Agora, o eminente parlamentar Kennedy Nunes também vem com a mesma cartilha. Podem ter certeza de que se formos no hospital fazer também uma gravação, vamos buscar alguém que só vai dizer coisas de bem! Porque se fosse uma pessoa não comprometida, não estaria escondida ali! Se alguém se esconde, é porque não está comprometida com a sociedade.

Meu amigo, deputado Kennedy Nunes, o deputado Joares Ponticelli disse que v.exa. vinha de Joinville e iria eleger cinco deputados, que iria virar com 150 mil votos. Parece-me que o povo não enxergou isso. Como o deputado Joares Ponticelli, v.exa. já chamou um eminente deputado de suplente. Eu fui chamado muitas vezes, pelo eminente deputado Joares Ponticelli, de suplente. Mas o povo acreditou mais em mim do que no titular e eu vim para cá com mais votos do que aqueles que me chamaram de suplente!

É importante eu dizer isso para mostrar que aqueles que lutam, que trabalham, que têm amor pelo estado, pelo povo de Santa Catarina não vêm aqui para fazer demagogia! Então, nós não vamos aceitar aqui discursos que não são verdadeiros e que mexam em governo honrado, governo de bem, que está fazendo um esforço fora do comum para fazer uma reforma administrativa que irá sanear Santa Catarina cada vez mais e fazer com que o povo seja o vencedor com aquilo que precisa ser investido.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - O meu tempo é pouco, mas concedo um aparte a v.exa., deputado Edson Piriquito vermelho, que deve estar doído para falar e esclarecer à população de Santa Catarina que esse homem de bem, homem honrado, fez aqui no estado 78% no segundo turno e nessa eleição repetiu a mesma coisa.

Então, parece-me que a população de Joinville, uma cidade que nos orgulha e que possui um povo inteligente que sabe o que quer e em quem votar, votou certo, votou em Luiz Henrique.

Ouçó v.exa., deputado Edson Piriquito.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Obrigado pela oportunidade do aparte, deputado Manoel Mota. Eu só quero diferenciar os posicionamentos.

Eu trabalho de forma séria, trago números exatos, oficiais e não oficiosos. Eu não trabalho fazendo brincadeira, indo na tribuna, dando pau e depois mostrando os dentes, rindo. Não precisa sorrir para mim, deputado! Outra coisa, se v.exa. me desmerece, por que depois me convida? Ande pelas suas próprias pernas, tenha responsabilidade com a votação que recebeu e honre a condição de ser titular. Eu sou suplente. Eu já falei, estou gemendo, não estou falando, porque suplente é tratado assim por algumas pessoas e pelo visto por v.exa., deputado.

Srs. deputados, mais de R\$ 43 milhões foram aplicados em Joinville, praticamente R\$ 44 milhões no governo de Luiz Henrique da Silveira. Quanto foi aplicado no governo Esperidião Amin?

V.Exa. deve estudar a matéria, deve preparar-se mais, deve ter mais responsabilidade, não comigo, porque para mim v.exa. não deve nada, mas para o seu eleitor. Tenha seriedade em seu posicionamento!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É lamentável o pouco tempo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só quero ressaltar a verdade, porque foi atingida uma pessoa que não está presente no plenário.

Como o ex-governador Esperidião Amin não está aqui nem o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, eu vou fazer um desafio ao deputado Manoel Mota: eu peço a v.exa. que traga, na terça-feira que vem, todos os contracheques do ex-governador Eduardo Pinho Moreira que eu trarei todos os do ex-governador Esperidião Amin. Eu vou provar mais uma vez que ele faltou com a verdade, porque sei quanto o ex-governador Esperidião Amin ganha: R\$ 22 mil, que é aquilo que Luiz Henrique da Silveira, Eduardo Pinho Moreira, Paulo Afonso Vieira, Casildo Maldaner e outros ganham como ex-governadores, e mais quatro mil e poucos reais, porque contribuíram com a caixinha do Senado.

Então, v.exa. mentiu quando disse que o ex-governador Esperidião Amin é aposentado como senador, porque ele não tem aposentadoria como senador. Traga o contracheque do ex-governador Eduardo Pinho Moreira, deputado Manoel Mota!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado Manoel Mota, v.exa. saiu da tribuna neste momento!

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - Eu sei, mas fui agredido com palavras e isso não posso aceitar, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência, após ouvir o deputado Décio Góes, ouvirá os deputados pela ordem.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que nos assiste, funcionários da Casa, eu queria usar este horário para, primeiro, solidarizar-me com a deputada Ana Paula Lima, com os companheiros de gabinete da deputada, com a sua família, com a família da companheira Ula Weiss, pelo seu falecimento. A companheira Ula Weiss nos fará muita falta. Gostaria também de me solidarizar com todo o Sinte, pela luta justa e correta com relação às eleições diretas nas escolas.

Srs. deputados, parece que este ano de 2007 será o ano da cobrança das promessas, porque o ano de 2006 foi o ano das promessas, principalmente no segundo semestre, e este ano será o ano da desculpa.

Deputado Manoel Mota, quero informar que realmente foi marcada uma reunião, no gabinete do deputado Genésio Goulart, com o Deinfra, na segunda-feira, para tratar da questão da estrada do Camacho. O Deinfra apresentou os dados de que haviam sido gastos R\$ 4 milhões; faltam R\$ 13 milhões e as obras reiniciarão no dia 5 de março, com uma ressalva: só se houver caixa para isso. Eu não sei se a reunião teve o efeito que nós gostaríamos que tivesse. Então, no dia 5 de março nós voltaremos a falar no assunto, pois eu gostaria que a obra já tivesse sido reiniciada.

Srs. deputados, eu quero deixar registrado, nesta Casa, que na última quinta-feira estive no sul do estado com a senadora Ideli Salvatti, que anunciou um investimento de R\$ 420 mil, provenientes de emenda de sua autoria, no Hospital São Donato, de Içara, para complementar a UTI e a área obstétrica do hospital com equipamentos. Esses recursos são muito bem-vindos a esta entidade filantrópica, pois eu, que já fui prefeito, sei da importância das entidades filantrópicas na área da saúde, como o Hospital São José e tantas outras que nós temos por este estado.

Então, nós não podemos abrir mão dessa parceria com entidades filantrópicas, como o Hospital São Donato, que tem um pronto-socorro num porão extremamente mal instalado. Como até as rádios reclamam diariamente, a comunidade decidiu, então, investir e fazer um novo pronto-socorro. Investiu R\$ 1,5 milhão, fruto de jantares, de festas, de eventos. Desses recursos, o poder público municipal, através da prefeitura de Içara, entrou com cerca de R\$ 140 mil, o estado com cerca de R\$ 150 mil e a comunidade com R\$ 1,2 milhão. A obra está pronta desde abril de 2006, inclusive fotografei-a para mostrar, mas está há um ano esperando os equipamentos.

Então, srs. deputados, como houve promessa do governo do estado de dar esses equipamentos, através de convênio assinado no início de julho, com término em dezembro de 2006, a comunidade se desmobilizou, não foi atrás dos R\$ 240 mil, porque para quem já tinha conseguido R\$ 1,2 milhão não era tão difícil assim. Então, até hoje está aguardando a liberação dos recursos para equipar o pronto-socorro do Hospital São Donato, de Içara, para melhor atender a população, que hoje é atendida em um porão. Aliás, parte do que consegue atender, porque nem dá conta de toda a demanda daquele município.

Por isso, eu quero chamar a atenção do governo do estado, no sentido de agilizar a liberação desse recurso. São apenas R\$ 240 mil que vão fazer muita diferença na saúde do sul do estado. Assim, peço encarecidamente ao governo do estado, à bancada governista para que nos ajude nessa luta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, só com o intuito de corroborar com os trabalhos desta Casa, para que não vire apenas um palco de apresentações pirotécnicas de algumas pessoas, é importante salientar que no art. 97 do Regimento Interno desta Casa está o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 97 - Questão de ordem é toda dúvida sobre a interpretação ou observância deste Regimento." [sic]

Então, não podemos aceitar que um deputado de duas ou três legislaturas, não sei quantas legislaturas têm o deputado Joares Ponticelli, peça a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, para fazer discurso num momento em que não é possível.

Sei que v.exa. tem sido benevolente, sei que v.exa. é uma pessoa de uma qualidade tremenda, mas, por favor, não faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O deputado Joares Ponticelli solicitou a palavra, pela ordem, e a Presidência, nesta condição, concedeu-a.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, servidores desta Assembleia Legislativa, telespectadores da TVAL e demais pessoas que nos acompanham aqui, hoje, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero mandar uma saudação a todos os companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, aos demais servidores da Segurança Pública, em nome dos quais vamos buscar desenvolver o nosso mandato no cotidiano deste Poder Legislativo.

Srs. deputados, o meu assunto, hoje, é de natureza diversa, embora fundamental e importante para a sociedade catarinense e para a democracia. Talvez algumas pessoas, alguns colegas tenham, de repente, sido surpreendidos pelo fato de na semana passada eu ter pedido um aparte para defender a eleição direta para diretores de escolas e para a posse, inclusive, dos diretores eleitos durante o ano de 2006, atendendo uma demanda e uma reivindicação do Sinte - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Santa Catarina.

Eu queria dizer que estou plenamente livre e à vontade para fazer esta conversa, para debater este assunto em qualquer momento, principalmente no sentido de construir efetivamente o processo de maior democracia nos estabelecimentos de ensino em nosso estado.

Eu tenho histórico de meia década na Universidade Federal de Santa Catarina de ter lutado e ajudado a construir o processo de eleição direta para reitores. Quero informar também a todos os srs. deputados que não havia, até 1996, nenhuma lei federal que autorizasse, permitisse ou falasse de eleição direta para reitores das universidades. Mas agora os professores, os estudantes, os trabalhadores nas universidades públicas federais brasileiras conquistaram o direito de eleger os seus reitores e nem por isso elas se desagregaram. Muito pelo contrário, eu tenho certeza em afirmar que as universidades federais se fortaleceram no processo de democracia.

A eleição era legalizada pela lista triplíce, formada pelo Conselho Universitário na forma da lei, mas o Conselho Universitário sempre respeitou a vontade da comunidade universitária em fazer eleições paritárias.

Eu entendo que é necessário que tenhamos, para as escolas da rede estadual e para todas as escolas da rede municipal, um procedimento parecido. Se não há lei que regulamenta, se não há lei que autoriza, não existe lei que impeça. O que observamos é que não existe lei que impeça, absolutamente nenhuma! Mas existe lei que fala disso e autoriza: a LDB, a Constituição estadual, inclusive o nosso Regimento Interno, no seu art.78, letra "f".

Estou aqui, portanto, como um bom militar, seguindo o que manda o nosso Regimento, a nossa cartilha de trabalho: lutar e trabalhar pela democracia nas escolas. Isto está bem claro na forma da lei, mas não há lei que discipline! E quando haverá, se nós não discutirmos isso?

Então, com todo o respeito aos nobres companheiros deputados, especialmente ao deputado Manoel Mota, que, como eu, foi agricultor, foi também caminhoneiro, uma pessoa do povo, eu tenho uma grande estima por s.exa., eu quero desenvolver o seguinte raciocínio: imaginam v.exas. se nós tivéssemos, ou melhor, se o dr. Ulysses Guimarães, se Leonel Brizola, se Luiz Carlos Prestes, se Lula tivessem que pedir permissão ao governo para fazer a campanha das Diretas Já, que começou em 1983 e estendeu-se para 1984, não teria havido campanha e talvez não tivéssemos a redemocratização até hoje.

Imagine v.exa. se tivesse que pedir permissão ao DER para fazer uma manifestação na BR-101 para pedir a duplicação, v.exa. não teria feito a manifestação, porque o DER não iria autorizar e talvez ainda hoje não houvesse nem começado as obras na BR-101. Assim como temos certeza de que se nós, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, tivéssemos ido pedir permissão aos comandantes de então, anos de 2001/2002, deputados Manoel Mota e João Henrique Blasi, para organizarmos uma entidade para reivindicar os nossos direitos, não existiria a Aprasc, não existiria o movimento organizado, consciente dos praças e eu também não estaria aqui e o nosso salário seria menor do que é hoje.

Então, é enfrentando, é trabalhando dentro das possibilidades legais que nós podemos avançar numa sociedade democrática, aliás, a sociedade historicamente se transformou e revolucionou a partir disso, porque a burguesia também não teve autorização da nobreza para fazer a Revolução Francesa; ela assim o fez para ir contra a nobreza.

Mas nós não precisamos ir a tanto, evidentemente, pois somos pessoas sensatas, somos pessoas que trabalhamos por uma sociedade democrática, pelo estado democrático de direito e penso que devemos atuar no sentido de estabelecer aqui este debate, de regulamentar a eleição, de fazer a discussão das divergências neste plenário e buscar uma solução para esse problema.

Eu estou comprometido com essa luta há 15 anos, pela democracia em todas as esferas da sociedade, na educação em particular, e estou comprometido com essa luta presente. Conheço as pessoas que estão aqui. Como disse outro dia, participei do processo de eleição no Instituto Estadual de Educação como pai, porque a minha filha estuda nessa escola e nós ajudamos a organizar o processo que elegeu o professor Guido e a professora Graça Monteiro, que estiveram aqui conosco.

Então, nós queremos justamente que a comunidade universitária debata esse assunto. E por que isso é importante? Não é só para retórica. Isso é importante, inclusive, para a segurança pública. Nós temos que envolver as novas gerações no processo de debate das questões sociais mais relevantes, nós temos que envolver as novas gerações das idades mais tenras no processo de participação e de respeito à diversidade de opinião e o lugar melhor para fazer isso é a escola.

Nós, como policiais e bombeiros, nós, que defendemos a segurança pública, entendemos que se a juventude e a adolescência estiverem na escola, juntamente com os professores e trabalhadores, discutindo o processo da educação, organizando um grêmio para participar de um processo eleitoral na escola, provavelmente elas tenham muito menos chance de estar-se envolvendo em outros tipos de atividades, principalmente aquelas ilícitas.

Trazer a nossa infância, a nossa adolescência e a nossa juventude para o processo de participação política da formação do novo sujeito social é a nossa principal motivação para defender esta bandeira, não temos outra. E dos 44 que foram eleitos, provavelmente a maioria deles é simpatizante ou aliado dos partidos da base de sustentação do governo. E se for fazer eleição em todas as escolas de Santa Catarina, provavelmente os partidos que compõem o governo vão ganhar na maioria. A questão é estabelecer esse diálogo no interior da escola.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Quero dizer a v.exa. que está de parabéns, pois está fazendo o enfoque certo sobre essa questão. A democracia pede o debate e para isso estamos abertos, quer dizer, viva a diferença, como já falei antes. Há quem seja contra e há quem seja a favor. Agora, o que não podemos é impor uma situação que não existe! Este é o negócio! E lesar as nossas crianças, as nossas famílias! Então, não sou contra ao movimento, muito pelo contrário, sou totalmente a favor. Fiz diversos movimentos sociais e populares na minha cidade e farei mais quando preciso for. O seu discurso está acertado e v.exa. está de parabéns.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. deputado, desejo cumprimentá-lo pela coerência e dizer que esta Casa está pronta para receber um projeto dessa natureza, para debater e para estabelecer eleição direta nas escolas de Santa Catarina. Parabéns!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. deputado, de fato o debate nesta Casa, hoje, sobre a questão das eleições diretas é importantíssimo para a sociedade catarinense e para a democracia do estado. Cumprimento-o por abordar este tema.

Dias atrás falamos que o secretário da Educação disse que na escola não pode haver derrotados. Para nós será lamentável e uma derrota política se as escolas que se mobilizaram, como o caso que o deputado citou, não puderem empossar esses diretores eleitos. Será lamentável.

Entendo muito justa esta reivindicação dos alunos, dos professores e da comunidade escolar sobre a posse dos diretores eleitos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO SOARES - Agradeço o aparte e gostaria de dizer que só há perdedor aonde não há gente que luta. Quem luta nunca é perdedor.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, há uma música do cancionista popular brasileiro intitulada *Samba de Uma Nota Só*, de autoria do incomparável Tom Jobim, que num versinho diz o seguinte:

"Eis aqui este sambinha

Feito de uma nota só

Outras notas vão entrar

Mas a base é uma só."[sic]

Essa música se aplica, como uma luva, a uma situação que estamos vivenciando todos os dias, o dia todo, durante as sessões da Assembléia.

O deputado líder da bancada do PP, lamentavelmente ausente agora, neste momento, todas as sessões, a sessão toda, ocupa-se em trazer a público as mazelas do Hospital Materno-Infantil de Joinville, como a querer mostrar a Joinville e a Santa Catarina que o governador do estado, que teve em duas oportunidades mais de 70% de aprovação popular naquele município, não fez por aquela cidade, pela qual foi três vezes prefeito, e cidade que lhe assegurou um duplo mandato de governador de estado, o único até hoje, na história de Santa Catarina a ter conquistado essa marca, obra alguma.

É preciso alguém, que não é natural daquela cidade, é preciso que alguém que para lá foi para atuar na vida advocatícia, que se elegeu deputado estadual, deputado federal em cinco oportunidades, prefeito três vezes e governador duas vezes, para merecer tão expressiva união popular, mais de 70% dos votos em duas eleições, que tenha feito, e tenha feito muito, porque é algo ímpar, singular, na história pública de Santa Catarina.

Mas se todos nós quisermos, em qualquer repartição pública, em qualquer órgão, mesmo na iniciativa privada em que nós formos, vamos encontrar problemas das dificuldades do dia-a-dia, sobretudo em se tratando de uma máquina de difícil funcionamento, como é a máquina burocrática da saúde pública.

Portanto, causa estranheza que o deputado líder da bancada do PP queira, com discurso repetitivo, com um samba de uma nota só, com base única, querer atingir o governador do estado, aquele mesmo que foi eleito e reeleito com mais de 70% dos votos da população da maior cidade de Santa Catarina.

Eu acho que o samba deve mudar, eu penso que o repertório tem que ser aumentado, porque do contrário é a própria população do local que respeita, que admira e que consagra o político Luiz Henrique da Silveira quem se vai voltar contra esse deputado que insiste, que teima, que renite todo dia em querer mostrar e atribuir ao governador o problema com o chuveiro de um hospital. Se tiver problema no chuveiro, a culpa é do governador. Ou seja, como disse outro dia o deputado Edson Piriquito, ele escolheu para seu adversário a maior figura pública de Santa Catarina.

É uma estratégia até respeitável, mas eu não sei, tenho fundada dúvida de que forma a população daquele município, que tanto estima, que tanto admira, que tanto considera o político Luiz Henrique da Silveira, vai ver, com que olhos ela vai ver essa postura insistente do dia-a-dia desse deputado aqui do Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., deputado João Henrique Blasi, pois é evidente que foi montada uma cena para atacar o governador Luiz Henrique, e o chefe maior deu uma entrevista na Rádio Antena 1, de Criciúma, e usou o mesmo discurso, quer dizer, é tudo manipulado. Nós lamentamos que fiquem denegrindo um hospital de uma cidade honrada como Joinville, uma cidade que é orgulho catarinense.

O governador, que foi prefeito por três vezes, como v.exa. acabou de dizer, foi eleito e reeleito governador do estado - fato que aconteceu pela primeira vez na história de Santa Catarina - com mais de 70% dos votos, eu acho que aquele povo deve ser muito inteligente ou o governador Luiz Henrique é muito trabalhador e competente, porque ninguém, na história deste estado, teve respaldo como tem Luiz Henrique em Joinville.

Para mim é evidente que essas críticas são levianas, são tendenciosas e procuram encontrar uma forma de atacar o governador Luiz Henrique, homem honrado, homem de bem que nos orgulha, e eu, como líder da bancada do PMDB, tenho orgulho em defender o homem honrado que ele é, como defendi o nome honrado de Eduardo Moreira, ainda há pouco.

Quero cumprimentar v.exa. e dizer que aqui ninguém vai passar batido e em branco, sem resposta, porque não admitimos essa busca para encontrar formas de enganar a população com críticas levianas. E críticas levianas aqui não vão muito longe, porque podamos e cortamos com a verdade.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço ao deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Muito obrigado pelo aparte, deputado.

Primeiro, queria dizer que aprendo muito quando ouço v.exa. O senhor é dono de um saber invejável, no bom sentido, diria.

A questão do posicionamento dos deputados, que merecem o nosso respeito como autoridades que são, de vir ao plenário acusar, mostrar vídeo, fazer esse circo, como agora eles têm o hábito de fazer, acho que é lamentável e vergonhoso. Primeiro eles se apresentam, mas depois saem, não ficam para sustentar a própria falsa moralização que tentam implantar.

Seria muito fácil, para fazermos o contraponto, procurarmos todos os municípios administrados pelo partido deles, o PP, acharmos somente os defeitos das administrações municipais e virmos aqui falar: olha, o PP não faz isso, não faz aquilo. Não! pelo contrário, nós estamos aqui dentro de uma nova ótica político-administrativa, na qual as secretarias de Desenvolvimento Regional dão a amplitude da discussão com todos os partidos. Não se olha a bandeira, o prefeito pode ser do PT, do PP, do PFL ou do PMDB, abre-se a discussão; temos os Conselhos de Desenvolvimento, e é nessa ótica que queremos trabalhar, levar o governo do estado a todos os municípios, independentemente do partido que os administra.

Acho que este seria o modelo mais acertado: olhar os defeitos para corrigir, mas não fazer disso discurso nem palco.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Com certeza, deputado Edson Piriquito, ninguém é infalível, os erros existem e um dos papéis da Assembléia Legislativa é verificar e procurar mediar situações, corrigir e avançar e isso nós temos procurado fazer.

Mas, mudando de assunto, eu gostaria de falar de algo bom, de algo positivo, de uma solenidade de que participamos há pouco, o deputado Jorginho Mello e eu, também o secretário Ronaldo Benedet, de um ato concreto que resultou de uma lei aprovada por este Parlamento.

Na convocação extraordinária, a deputada Ana Paula Lima bem sabe, houve também participação efetiva no ano passado, quando o governador Luiz Henrique remeteu um projeto de lei estabelecendo aposentadoria especial para a classe policial de Santa Catarina. E hoje, às 16h, na chefia da Polícia Civil, tivemos a oportunidade de ver o presidente do Ipesc assinar os dois primeiros atos aposentatórios de um delegado de polícia e de uma escrivã de polícia, que ao cumprir, o primeiro mais de 30 e a segunda mais de 25 anos, passaram para a inatividade com esse direito garantido por mobilização da categoria, vontade política do governador e empenho da Assembléia Legislativa.

E nós próximos dias estaremos a braços com uma correção, que será necessária, do projeto que também concede aposentadoria especial aos 25 anos às policiais militares femininas. Já existe a lei, mas houve um problema de interpretação e há necessidade de uma outra, corrigindo um dispositivo da Lei n. 6.218, que é o Estatuto da Polícia Militar.

Esse projeto aportará na Assembléia Legislativa nos próximos dias, e eu tenho certeza de que haverá de contar com o voto e, mais do que com o voto, com o desejo de todos os srs. deputados de aprová-lo rapidamente para fazermos também justiça e darmos também segurança às policiais, às militares femininas de Santa Catarina.

É uma resposta positiva, é uma ação concreta do Parlamento catarinense, para dar segurança àqueles que velam pela nossa segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por cinco minutos, para cumprimos o horário regimental.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, srs. deputados, eu gostaria de falar com a presença do deputado Joares Ponticelli, visto que no dia que eu tomei posse o deputado estava ausente.

Quando me candidatei a deputado estadual, sou suplente, fiz 28 mil votos, mas quando assumi a cadeira neste Parlamento, assumi para falar por mim mesmo. Eu não estou aqui para bajular ninguém! O deputado Joares Ponticelli não me conhece! Talvez esteja vendo-me pela primeira vez e conhecendo-me hoje para dizer que aqueles que chegaram agora, vieram para bajular?! Eu falo por mim mesmo!

Nós temos uma história, somos da serra e se s.exa. estivesse aqui no dia em que tomei posse, quando usei as palavras da serra dizendo que não fui "pego a cachorro" e muito menos sou filho de pai assustado, ele saberia e entenderia do que estou falando.

Mas vou falar da descentralização na próxima quinta-feira; irei contar um pouco da história da descentralização, porque me parece, quando ouço os pronunciamentos aqui Parlamento, que só existe coisa ruim, não há nada de bom! Em Lages, quando assumi a secretaria do Desenvolvimento Regional, deputado Manoel Mota - e aqui falaremos dos colégios -, encontrei duas coisas boas: uma mais ou menos e outra boa.

Na EEB Frei Nicodemos, onde estudei no passado e que o deputado tanto defende, fez uma grande festa. Eu fui lá verificar a grande festa e logo depois foram colocados dez computadores naquela escola. Houve também a reforma na EEB Nossa Senhora do Rosário. Estávamos felizes, porque a educação está decaindo e agora teríamos colégios bons, reformados.

Mas, srs. deputados, quando assumimos a secretaria do Desenvolvimento Regional, dos 46 colégios, 38 estavam em uma situação em que não havia condições de um professor ensinar e muito menos condições do aluno aprender. Mas não saímos falando aos quatro cantos sobre os colégios. Chamamos a comunidade, os parceiros e começamos a reformá-los. Eu não saí falando que com a centralização, naquele colégio que fora reformado, conseguiram fazer o esgoto mais alto do que a cozinha, que quando chovia a água invadia a cozinha da escola e não havia condições de cozinhar. Eu não saí falando sobre isso; nós saímos chamando parceiros, pais, professores e alunos para recuperarmos a destruição que foi feita na educação em Lages.

Colégio Industrial, uma história de Lages, pois 80% das firmas genuínas de Lages nasceram dentro do Colégio Industrial. Até o deputado Sérgio Grando estudou lá! Foi destruído em quatro anos, até 2002. Outro colégio profissionalizante que conseguiram destruir foi o CIS. Fizeram uma bagunça tão grande, que um dos colégios mais famosos de Lages, o Nossa Senhora do Rosário, estava para fechar as portas.

Mas eu não vim aqui para falar disso. Eu recebi 28 mil votos para ocupar esta tribuna e apresentar projetos consistentes e de desenvolvimento para nossa região, para discutir como vamos fazer o Aeroporto Regional de Correia Pinto funcionar.

Mas não vou calar-me, em momento algum, quando falarem da honra do governador Luiz Henrique da Silveira. Não sou bajulador. Podem até falar dos erros que podem acontecer, erros administrativos. Mas não podemos falar e nem brincar com as pessoas.

Eu conheço Luiz Henrique desde os meus 18 anos e sei quem ele é. Ele não me faltará e nem me negarei, em momento algum, de defender o processo de descentralização, que é o caminho. Agora, não podemos brincar e simplesmente acusar; não podemos brincar e simplesmente inventar. Vamos ter postura aqui e é isso que o povo catarinense espera de nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não há mais tempo regimental.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, quero indicar o nome do deputado João Henrique Blasi para compor a Corregedoria da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sr. deputado Manoel Mota, esta Presidência acata a sua indicação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, eu gostaria de registrar a presença do vice-prefeito de Bom Jardim da Serra, sr. Ilton Luiz Machado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vindo o vice-prefeito da cidade de Bom Jardim da Serra a esta Casa do Povo.

Em virtude do término do prazo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA N. 015-DL, de 2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 47 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições NOMEIA, para constituir a Corregedoria da Assembléia, os seguintes

Senhores Deputados:

Deputado Rogério Mendonça

Deputado João Henrique Blasi

Deputado Joares Ponticelli

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de fevereiro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Michel Curi - Procurador Presidente

Maria Aparecida Tridapalli Archer - Secretária

ATA DA 1601ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1601ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Em seguida iniciaram-se os trabalhos da reunião propriamente dita. 1) Processos em regime de vista: 1900/06, de Stela Maris Martins da Silva, Relator, Procurador Sérgio Augusto Machado, vista, Procurador Anselmo Inácio Klein; após discussão saiu novamente de pauta, com pedido de vista do Procurador José Carlos da Silveira. O processo s/nº - Informação 021/07, em que é interessado o Procurador de Finanças, referente a "reembolso de exames para o Deputado José Carlos Vieira", vista do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior, foi sobrestado pelo Procurador-Presidente, tendo em vista a ausência do Procurador-Relator, José Buzzi, que encontra-se em férias. 2) Relatoria do Procurador Anselmo Inácio Klein - aprovados pareceres aos processos 155/07, de Maria Helena Teixeira Diniz; 183/07, de Sérgio Francisco Ambrosi; 118/07, de Alvaí Manoel Pereira. 3) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - aprovados pareceres aos processos 156/07, de Elenice Martins F. Ramos e 181/07, de Ana Maria de Queiroz Garcia. Continuando com a palavra, a Relatora, deu conhecimento das informações prestadas na ADI nº 3852, Requerente o Governador do Estado de Santa Catarina, Requerida a ALESC, norma impugnada a Lei Estadual nº 13.922/07. 4) Relatoria do Procurador Fábio de Magalhães Furlan - aprovados pareceres aos processos: 2342/06, de Zilá Falk Bortolini; 2431/06, de Cleia Maria Braganholo; processo s/nº - Consulta, Of. CL nº 0038/07, interessada Coordenadoria de Licitações: "contrato celebrado com a empresa DOBEL, Distribuidora de Jornais e Revistas". 5) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior - aprovados pareceres aos processos 179/07, de Ivan de Almeida Vianna; 109/07, de Neide Adalgiza de Oliveira; 138/07, de Luiz Roberto Silveira; 2401/06, de Mari Ângela Pauli Custódio; 684/06, de Maurício

Nascimento; 685/06, de Claudir José Martins; 973/06, de Edenilso José Acorsi. 6) Relatoria do Procurador Nazarildo Tancredo Knabben - aprovados pareceres aos processos 0027/07, de Walma Correa Santa Rita; 070/07, de Berenice C. Kuntze Figueroa; 111/07, de Sônia Varela; 144/07, de Maria Aparecida L. Pacheco. 7) Relatoria do Procurador Fausto Brasil Gonçalves - aprovados pareceres aos processos 180/07, de Miguel Antonio A Apóstolo; 087/07, de Antonio Henrique C.B. Vianna; 101/07, de Altair Santos Aguiar. 8) Relatoria do Procurador Sérgio Augusto Machado - aprovados pareceres aos processos 184/07, de Terezinha Rodrigues Gonçalves; 066/07, de Mario Roberto B. Hablitzel; 088/07, de Luiz Otávio Garcia e 123/07, de Nádia Makhoul Neves. O Relator, retirou de pauta os processos 2023/06 e 071/07, de Marlene Sacenti e Max Antunes da Cruz, respectivamente. 9) Relatoria do Procurador José Carlos da Silveira - aprovados pareceres aos processos 137/07, de Stephanie Pereira; s/nº, CT/D-1763/06, do Diretor-Presidente da CASAN: "ressarcimento dos valores relativos aos salários e encargos dos empregados Giovani Pickler e Everaldo dos Santos"; s/nº, Consulta nº 001/07, interessado Deputado Renato Hinnig: "parecer a respeito do ingresso no cargo em comissão de pessoa em administração de empresa privada"; 182/07, de Edison Knapp, este incluído ex-offício. Esgotada a pauta, o Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, pediu a palavra para comunicar que o Conselho Seccional da OAB/SC, na última sexta-feira, dia dois (2), publicou a nominata dos Membros Efetivos do Tribunal de Ética e Disciplina da entidade da qual consta a sua participação como titular daquele Colegiado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia vinte e oito (28), à mesma hora a local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das sessões, em 14 de fevereiro de 2007.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2007, ÀS 14:00 HORAS.

Às quatorze horas do dia quatorze de fevereiro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência da Senhora Deputada Odete de Jesus, amparada pelo Art.123 do § 1º do Regimento Interno, foi aberto os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão Saúde, referente à 1ª Sessão

Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença e empossados(as) os (as) Senhores(as) Deputados(as): Ada de Luca, Genésio Goulart, Kennedy Nunes, Pedro Ucaí, Jean Kuhlmann, Eduardo Chereim e Odete de Jesus. Dando cumprimento ao Regimento Interno, a Senhora Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão; inscrita a Senhora Deputada Ada de Luca, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleita por unanimidade de votos. A Presidente dos trabalhos deu posse a Presidente eleita e transferiu a Presidência a Deputada Ada de Luca, que em ato contínuo abriu as inscrições para o cargo de Vice-Presidente; inscrito o Deputado Pedro Ucaí, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. A Presidente deu posse ao Deputado Pedro Ucaí, no cargo de Vice-Presidente da Comissão. A Presidente declarou instalados os trabalhos da Comissão e agradeceu aos presentes pela votação. Antes de encerrar os trabalhos a Senhora Presidente convocou os Senhores Deputados nos termos Regimentais para Reunião Ordinária da Comissão que se realizarão as quartas-feiras, às dez horas. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Itamar Pires Pacheco, Chefe de Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em 14 de fevereiro de 2007.

Deputada Ada de Luca
Presidente
*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 012/2007

REFERENTE: 09 Termo Aditivo ao Contrato CL nº 037/2004-00, celebrado em 13/09/2004.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Paulitec Construções Ltda.

OBJETO: Reajustar o contrato CL nº 037/2004 e consequentemente creditar na conta corrente da Contratada a importância de R\$ 129.285,41 (cento e vinte e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos), referente aos reajustes abaixo discriminados:

(1) Reajustar o valor do 5º Termo Aditivo do Contrato, aplicando-se o índice de 9,74357% (nove vírgula setenta e quatro, trezentos e cinquenta e sete por cento) sobre R\$ 67.874,96 (sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), relativo ao INCC/FGV apurado no período julho/2004 a julho/2005, resultando no valor de R\$ 6.613,44 (seis mil, seiscentos e treze reais e quarenta e quatro centavos), creditados na conta corrente da Contratada mediante a apresentação da nota fiscal;

(2) Reajustar o valor do 7º Termo Aditivo do Contrato, aplicando-se o índice de 15,2258% (quinze vírgula vinte e dois cinquenta e oito por cento) sobre R\$ 97.901,89 (noventa e sete mil, novecentos e um reais e oitenta e nove centavos), relativo ao INCC/FGV apurado no período julho/2004 a julho/2006, resultando no valor de R\$ 14.906,34 (quatorze mil, novecentos e seis reais e trinta e quatro centavos), também creditados na conta corrente da Contratada mediante a apresentação da nota fiscal;

(3) Reajustar o saldo remanescente das medições realizadas no período compreendido entre 20/06/2006 a 20/11/2006 (R\$ 1.965.729,73) (hum milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos), com base na diferença do índice do INCC/FGV apurado no período julho de 2004 a julho de 2006 ($15,2258\% - 9,74357\% = 5,48222\%$) x R\$ 1.965.729,73 = R\$ 107.765,63). (cento e sete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

(3) Diante das alterações ora pactuadas o valor global do contrato passará de R\$ 7.704.956,57 (sete milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), para 7.834.241,98 (sete milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº. 8666/93, Lei 10.192/2001 e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
Hideo Araki - Contratada

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 003/07

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS INATIVOS E PENSIONISTAS DE JOINVILLE

Ao

Ilustre Senhor Júlio Garcia

M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Prezado Senhor Júlio,

A ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e pensionistas de Joinville, entidade beneficente não governamental, sem fins lucrativos, prestadora de serviços Sociais a Aposentados e a Idosos carentes de nossa comunidade e região, que buscam seus direitos com ações previdenciárias, Médicos/ambulatoriais, Farmacêuticos, Palestras de orientações gerais como: nutrição, higiene pessoal, saúde, motivação entre outros, cursos de culinária e Artesanato para uso próprio ou projeto de trabalho e renda, e também Entretenimento, Reuniões de grupo de Terceira Idade e outros mais.

Independente de serem associados ou não, nossa Missão é manter um espaço de contínuo atendimento social, onde nossos Idosos. Aposentados, Pensionistas, possam permanentemente buscar soluções para suas necessidades, vivendo assim com mais tranquilidade e dignidade, de acordo com nossa Visão, onde queremos ser reconhecidos como referência de atendimento ao idoso em Joinville. Entidade que opera de forma ética, preocupa com o bem estar de todos, que acredita e coloca em prática a responsabilidade social, porque valorizamos os Idosos e procuramos sempre soluções que atendam as necessidades de todos que nos procuram, trabalhando sempre pelo bem estar.

Vimos através deste Senhor Júlio, apresentar nosso Balanço Patrimonial do Exercício 2006, para seu governo, visto que nossa documentação sempre se encontra atualizada conformidade com a Lei em vigor.

Sem mas, agradecemos desde já e expressamos nosso apreço e desejo de sucesso.

Cordialmente,

Horácio de Oliveira Ramos - Presidente

ABIP - Associação Beneficente dos
Inativos e Pensionistas de Joinville

Lido no Expediente

Sessão de 27/02/07

*** X X X ***

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ofício Interno 038/2007

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2007.

Excelentíssimo Senhor

Deputado **Julio César Garcia**

Presidente

ALESC

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunicamos que o Partido Liberal - PL, passou a denominar Partido da República - PR, conforme cópia em anexo da Resolução nº 22.504.

Sendo o que tínhamos para o momento, reitero votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Odete de Jesus

Deputada Estadual

Líder do PL

"Educação é a solução"

Lido no Expediente

Sessão de 28/02/07

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 22.504

REGISTRO DE PARTIDO Nº 305 - CLASSE 28ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).

Relator: Ministro Caputo Bastos.

Requerente: Partido Liberal (PL) - Nacional, por seu presidente.

Requerente: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) - Nacional, por seu presidente.

Requerente: Partido da República (PR) - Nacional, por seu presidente.

Advogada: Dra. Ana Daniela Leite e Aguiar.

Pedido. Fusão. Partido Liberal (PL) e Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). Criação. Partido da República (PR). Exigências. Lei nº 9.096/95 e Res. - TSE nº 19.406/95. Atendimento. Pedido deferido.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, deferir o pedido de fusão, nos termos do voto do relator.

Brasília, 19 de dezembro de 2006.

MARCO AURÉLIO - PRESIDENTE

CAPUTO BASTOS - RELATOR

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 739, de 28/02/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 415, de 01/02/2007..

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 740, de 28/02/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR CARINE LUFT, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/07 (Deputado Romildo Titon).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 024/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas projetistas e de construção civil a prover os imóveis residenciais e comerciais de dispositivo para captação de águas da chuva e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º - Ficam as empresas projetistas e de construção civil obrigadas a prover coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva, nos projetos de empreendimentos residenciais que contenham mais de 20 (vinte) unidades habitacionais ou nos de empreendimentos comerciais com mais de 50 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A caixa coletora de água da chuva nos empreendimentos residenciais e comerciais referidos nesta lei terá tamanho compatível com o previsto nas normas vigentes.

Parágrafo único - As águas da chuva captadas serão armazenadas em caixas coletoras próprias, sendo sua utilização voltada para usos secundários como lavação de prédios e veículos automotores, irrigação de jardins, descarga em vasos sanitários e demais atividades conexas, vedado o uso para consumo e higiene pessoal.

Art. 3º - As empresas projetistas e de construção civil terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adequarem seus projetos ao cumprimento desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
RENO CARAMORI
Deputado Estadual/PP

Lido no Expediente
Sessão de 27/02/07

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei visa incentivar uma relevante economia na oferta de água tratada, aproveitando as águas da chuva para fins secundários, que não de consumo humano. O texto obriga empresas de construção civil a instalar dispositivo para captação de águas da chuva nos imóveis residenciais e comerciais, segundo o qual a água da chuva será utilizada em atividades secundárias, como lavação de prédios e veículos automotores, irrigação de jardins, descarga em vasos sanitários e demais atividades conexas.

A cada ano o Governo investe milhões no tratamento de água, tornando-se muito mais caro para o Estado e para o consumidor final. Com o dispositivo de captação de água da chuva muito poderá se economizar em água tratada, visto que, uma residência que tenha um telhado de 100m² pode captar, por um ano 150m³ de água da chuva representando metade da água consumida anualmente em uma residência de classe média.

É sabido que cada vez mais se despende recursos para tratamento da água, cujo consumo crescente aponta uma redução nos mananciais e a real escassez para o futuro.

O objetivo da presente proposta é a defesa do recurso natural "água" e a conseqüente proteção do meio ambiente. Neste sentido, o Estado tem competência para tal, por força dos preceitos contidos nos arts. 9º, VI, 10, VI, 182, VII, da Constituição Estadual e 23, VI, 24, VI e 225, § 1º, I, da Carta Magna Federal, cabendo a iniciativa parlamentar pelo fato do seu conteúdo não estar incluso no rol de iniciativas privativas do Governador do Estado estabelecido no § 2º do art. 50 da Constituição Estadual.

A título de ilustração, o Estado do Rio de Janeiro já tem a matéria disciplinada na Lei nº 4.393/2004, cujo conteúdo teve - sem êxito - arguição de inconstitucionalidade por parte do Município do Rio de Janeiro sob alegação de usurpação de competência material, conforme demonstra o relatório e voto da Representação por Inconstitucionalidade 72/2006, em anexo.

Pelos motivos acima, solicito aos nobres pares nesta Casa de Lei, o apoio para aprovação deste Projeto de Lei, que considero de grande importância para a população do Estado de Santa Catarina, proporcionando-lhes economia de água e proteção ao meio ambiente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 025/07

Denomina Rodovia Alexandre Passos Puzyna a rodovia SC-478, trecho Entroncamento SC-280 - Santa Cruz do Timbó - Despraçado, no município de Porto União.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Alexandre Passos Puzyna a rodovia SC-478, trecho Entroncamento SC-280 (Lança - km 0,0) - Santa Cruz do Timbó - Despraçado (km 35,2), no município de Porto União.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Gilmar Knaesel

Lido no Expediente
Sessão de 27/02/07

JUSTIFICATIVA

Alexandre Passos Puzyna, Bacharel em Letras e Direito, iniciou sua vida profissional muito cedo, aos 10 anos de idade, como agricultor. Aos 18, ingressou na carreira militar, seguindo, em 1958, para o Egito, integrando as tropas da ONU, no Canal de Suez.

De volta ao Brasil, instalou-se em Porto União, onde foi professor de língua portuguesa, francesa e de educação física em colégios secundários de Porto União e União da Vitória.

Foi eleito prefeito municipal por dois mandatos e, em 1986, desincompatibilizou-se do cargo de prefeito para concorrer a uma vaga de Deputado Federal Constituinte, tendo sido eleito com 53.419 votos.

Ainda como prefeito, foi fundador da Associação dos Prefeitos do PMDB, a qual presidiu por três anos consecutivos.

Em 1990, concorreu novamente ao cargo de Deputado Federal e, como suplente, representou o Estado de Santa Catarina por dois períodos na Câmara, onde apresentou 178 emendas das quais 36 foram aprovadas.

Em 1996, candidatou-se novamente à Prefeitura de Porto União, sendo novamente eleito, mas seu mandato foi interrompido abruptamente em 4 de dezembro de 1998, quando foi vitimado por um acidente automobilístico.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 026/07

Declara de utilidade Pública a "Bethel N.04 - Queren-Hapuc - Da Ordem Internacional das Filhas de Jó" com sede e foro na Cidade de Blumenau.

O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Bethel N.04 - Queren-Hapuc - da Ordem Internacional das Filhas de Jó", pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, CGC-MF nº 03.235.641/0001-13, fundada em 01 de setembro de 1996, com sede e foro na Cidade e Comarca de Blumenau

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis (SC), 21 de fevereiro de 2007.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Lido no Expediente
Sessão de 27/02/07

JUSTIFICATIVA

A presente entidade "Bethel N. 04 - Queren-Hapuc - da Ordem Internacional das Filhas de Jó", tem por finalidades colaborar na formação de melhores cidadãos, através do aperfeiçoamento moral e intelectual, fortalecendo o caráter dos jovens e auxiliando no aprimoramento do ser humano.

Além disso, também prestar assistência social educacional e de saúde a população carente promovendo o lazer e a integração à comunidade e ao mercado de trabalho, fomentar e praticar atividades desportivas formais e não formais, defender a ecologia e a preservação do meio ambiente, aplicar integralmente, as rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Importante salientar, que na busca de seus objetivos, a entidade poderá manter direta ou indiretamente, serviços de assistência social, de saúde, educação e pesquisa, promover convênios, co-gestão, parceria ou outra forma contratual com organismo público ou privado na busca de justiça com responsabilidade, patriotismo e soberania, além de promover e desenvolver campanhas de conscientização, inclusive publicitárias em meios de comunicação.

Face à relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, tenho a certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina o presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 027/07

Reconhece o Município de Chapecó como Capital Catarinense dos Eventos de Negócios e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Chapecó como Capital Catarinense dos Eventos de Negócios.

Art. 2º O Governo Estadual, através dos órgãos de fomento agropecuário e do turismo, disponibilizará apoio técnico a promoção aos eventos que estimulem a movimentação econômica e financeira através dos negócios realizados em feiras e exposições no município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Narcizo Luiz Parisotto

*Lido no Expediente
Sessão de 27/02/07*

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o objetivo de reconhecer a vocação de Chapecó na realização de eventos de negócios, condição importante para o alcance na posição de destaque do município na economia catarinense. A região Oeste teve no rápido e constante crescimento das agroindústrias a ampliação no mercado de trabalho, tendo o setor transformado na base da economia do município de Chapecó, juntamente com a agricultura. Mais tarde, o setor metal-mecânico surgiu como alternativa de desenvolvimento e vem se especializando na produção de equipamentos para frigoríficos. Cidade pólo regional, Chapecó está localizada em meio a um entroncamento de rodovias federais e estaduais, com acesso fácil aos países do Mercosul - a Argentina está a 160km. É considerada um ponto estratégico para negócios transfronteiras no sul do Brasil.

Toda esta força econômica impulsiona a indústria de eventos de negócios, que levam milhares de visitantes à cidade e proporcionam outra vertente de renda com significativo volume de negócios. Esta condição é capitaneada por feiras e exposições, com destaques como: - EFAPI, Exposição-Feira Agropecuária, Comercial e Industrial considerada uma das maiores feiras multissetoriais do País, que, em 2005 em sua última edição recebeu 380 mil visitantes e movimentou mais de R\$ 78 milhões. A Efapi é realizada a cada dois anos.

- Mercoagro- Feira Internacional de Negócios, Processamento e Industrialização da Carne. É a segunda maior feira técnica do planeta no segmento cárnico-industrial reunindo cerca de 650 expositores de todos os continentes, agrupados em 300 estandes. Movimento que gerou em sua última edição um volume de negócios superior a 180 milhões de dólares. E injetou R\$ 5 milhões de reais somente na compra de serviços local-regionais pelo público visitante, criando ainda 800 empregos temporários em Chapecó.

- Mercomóveis- Feira MERCOSUL da Indústria de Móveis, terceira maior feira de móveis do país em sua categoria mostrando o potencial produtivo das indústrias de móveis da região Oeste de Santa Catarina. São mais de 140 expositores, 15 mil compradores, representantes comerciais e agentes importadores que movimentam um volume de recursos acima de R\$ 150 milhões.

- Metalplast-Feira de Metalmecânica e Plásticos, um evento com empresas representativas dos segmentos de eletro-metalmecânica e de plásticos com expressiva participação de expositores principalmente dos estados do Sul e de São Paulo, que atendem a crescente demanda desta área. É um grande evento voltado para dois ramos nos quais ocorre consistente crescimento industrial no Oeste Catarinense e onde há uma clientela representativa. Setores para os quais a região é vocacionada e que têm expressivo mercado, tanto regionalmente como no âmbito nacional e internacional. São gerados negócios superiores a R\$ 12 milhões.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 028/07

Declara de utilidade pública a Instituição Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, com sede no município de Praia Grande.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08 de fevereiro de 2007.

Deputado Manoel Mota

*Lido no Expediente
Sessão de 28/02/07*

JUSTIFICAÇÃO

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a instituição Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, com sede no município de Praia Grande.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão de "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação de regência da espécie.

Trata-se de entidade que vem empreendendo naquela localidade de Praia Grande, relevantes atividades. Não possui fins lucrativos ou econômicos, e visa, entre seus importantes objetivos, promover a assistência social, bem como promover a integração de toda a comunidade e municípios vizinhos na busca de soluções e realizações de melhorias na área da saúde da população e de suas comunidades. Também tem como finalidade prover a manutenção do Hospital Nossa Senhora de Fátima.

Através de seus objetivos, de elevada importância, destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunidade da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 029/07

Declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente Capítulo Vale do Itajaí" com sede e foro na Cidade de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Associação Beneficente Capítulo Vale do Itajaí", pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, CGC-MF nº 03.768.510/0001-00, fundada em 13 de novembro de 1999, com sede e foro na Cidade e Comarca de Blumenau.

Art. 2º A Entidade de que trata o artigo 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis (SC), 23 de fevereiro de 2007.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

*Lido no Expediente
Sessão de 28/02/07*

JUSTIFICATIVA

A presente entidade "Associação Beneficente Capítulo Vale do Itajaí", fundada em 13 de fevereiro de 1999, situada na Rua Alwin Schraeder, 100 - SI 01 - Blumenau, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 13 de novembro de 1999, com sede e foro na Cidade e Comarca de Blumenau.

A referida Associação possui as seguintes finalidades principais: colaborar na formação e no aperfeiçoamento de melhores cidadãos, através da moral/ intelectual; fortalecer o caráter dos jovens e auxiliar no aprimoramento do ser humano, incentivando, entre outras, as virtudes do amor filial, reverência às coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade e patriotismo. Prestar assistência social educacional e de saúde à população carente, promovendo o lazer e a integração à comunidade e ao mercado de trabalho, fomentar e praticar atividades desportivas formais e não formais e aplicar as rendas e recursos, e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Face à relevância dos propósitos da referida entidade, tenho certeza de que a mesma é merecedora do fim a que se destina o presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 030/07

GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 072

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007 e autoriza a abertura de crédito especial em favor da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento".

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 28/02/07

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 013/2007

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2007

Excelentíssimo Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004/2007 e obter autorização legislativa para abertura de crédito especial em favor da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

2. A alteração do Plano Plurianual torna-se necessário para adequar a programação Físico-Financeira, em decorrência da alteração na Subfunção da subação 03120 - "Aquisição e Instalação de Equipamentos Eletro-Mecânicos, Tratamento, Laboratório, etc".

PROGRAMAÇÃO/AÇÃO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
0299 - Abastecimento de água e esgoto sanitário		

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

PROGRAMA/AÇÃO

0299 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO

03120 - Aquisição e Instalação de Equipamentos Eletro-Mecânicos, Tratamento, Laboratório, etc.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 50.653.000,00 (cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais), por conta do excesso de 27000 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 27022 COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO R\$ 1,00

DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
FUNCIONAL	PROGRAMA/AÇÃO/SUBAÇÃO	ESF	GRUPO DE DESPESA	MOD	VALOR
17.512	0299				
	0299.00718				
	0299.00719				
	0299.00721				
	0299.00722				
	0299.00723				

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 031/07

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 073

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça".

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 28/02/07

03120 - Aquisição e Instalação de Equipamentos Eletro-Mecânicos, Tratamento, Laboratório, etc	Saneamento	Saneamento Básico Urbano
---	------------	--------------------------

3. A abertura de crédito especial, no montante de R\$ 50.653.000,00 (cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais) em favor da companhia de águas e Saneamento, torna-se necessária para atender despesas com a inclusão das subações "Levantamento Topográfico e Batimétrico - Estadual", "Contratação de Estudos, Projetos e Consultorias - Estadual", "Construção ampliação e Reforma de Unidade operacionais - ETA, ETE, EE, CQ, Reservação", "Construção, Ampliação e Reforma de Imóveis - Estadual" e "Implantação, Ampliação e melhorias em Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto - Estadual".

4. Para efetuar a alteração pretendida serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do orçamento da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, no corrente exercício.

Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Assim, por se tratar de recursos orçamentário importante para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição

Respeitosamente

Altair Guidi

Secretário de Estado do Planejamento

PROJETO DE LEI Nº PL/0030.7/2007

Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007 e autoriza a abertura de crédito especial em favor da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007, da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, constante do Anexo Único da Lei nº 13.969, de 22 de janeiro de 2007, conforme a programação a seguir especificada:

arrecadação do orçamento da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento no corrente exercício, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 021/2007

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2007

Excelentíssimo Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva obter autorização legislativa para a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Aparelhamento da Justiça, no montante de R\$ 1.507,478,38 (um milhão, quinhentos e sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos).

2. A abertura de crédito especial torna-se necessário para atender despesas com a construção de Fóruns de Concórdia, Porto Belo e Camboriú, aquisição de imóvel para o Fórum de Itapoá e aquisição de prédio para o Fórum de Santa Rosa do Sul.

3. Para efetuar a abertura do crédito especial serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, no exercício de 2006.

4. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentário importantes para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgãos, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

Altair Guidi

Secretário de Estado do Planejamento

PROJETO DE LEI Nº PL/0031.8/2007

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.507.478,38 (um milhão, quinhentos e sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

03000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO		
03091	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA		
Projeto	Construção do Fórum de Concórdia		
Código	03091.02.061.0930.0364.005127		
Produto	Fórum construído		
4.	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.	INVESTIMENTOS		
4.4.90.	Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	(0640) Obras e Instalações.... R\$	7.478,38	
Projeto	Construção do Fórum de Porto Belo		
Código	03091.02.061.0930.0364.005135		
Produto	Fórum construído		
4.	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.	INVESTIMENTOS		
4.4.90.	Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	(0640) Obras e InstalaçõesR\$	250.000,00	
Projeto	Aquisição de Imóvel para o Fórum de Itapoá		
Código	03091.02.061.0930.0387.005183		
Produto	Imóvel Adquirido		
4.	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.	INVESTIMENTOS		
4.4.90.	Aplicações Diretas		
4.4.90.61.00	(0640) Aquisição de Imóveis .. R\$	500.000,00	
Projeto	Construção do Fórum de Camboriú		
Código	03091.02.061.0930.0364.005201		
Produto	Fórum construído		
4.	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.	INVESTIMENTOS		
4.4.90.	Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	(0640) Obras e Instalações ... R\$	250.000,00	
Projeto	Aquisição de Prédio para o Fórum de Santa Rosa do Sul		
Código	03091.02.061.0930.0387.005249		
Produto	Imóvel Adquirido		
4.	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.	INVESTIMENTOS		
4.4.90.	Aplicações Diretas		
4.4.90.61.00	(0640) Aquisição de Imóveis .. R\$	500.000,00	

Art. 2º Para atender ao crédito a que se refere o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Fundo de Reaparelhamento da Justiça no exercício de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 032/07

Institui, para os doadores de sangue do Estado de Santa Catarina, meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais públicos.

Art. 1º - Fica instituída meia-entrada, para doadores regulares de sangue, em eventos culturais, esportivos e de lazer, realizados em locais mantidos pelas entidades e pelos órgãos das administrações direta e indireta do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A meia-entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor efetivamente cobrado pelo ingresso, sem restrição de cada e horário.

Art. 3º - Para efeito desta lei, são considerados doadores regulares de sangue, aqueles registrados nos hemocentros e bancos de sangue do Estado de Santa Catarina, identificados por documento oficial, expedido por aquela entidade.

Parágrafo Único - As entidades referidas no "caput", emitirão carteira de controle das doações de sangue, comprovando a regularidade das doações.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Ada De Luca
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 28/02/07

JUSTIFICATIVA

O objeto do presente projeto já é lei em outros Estados, e tem como finalidade precípua, estimular a doação de sangue no Estado de Santa Catarina.

É do conhecimento de todos que a matéria prima mais necessária para a vida humana, é escassa e muitas vezes falta nos hospitais e nas casas de saúde catarinenses.

Por outro lado, pretende-se também, que haja uma regularidade nas doações, criando-se desta forma um hábito na população.

Assim sendo, e acreditando que a proposta não necessite de maiores justificativas, espero o beneplácito dos nobres pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 033/07

Declara de utilidade pública a Associação Educacional a Serviço da Vida - ASESV.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Educacional a Serviço da Vida - ASESV", com sede no Município de GAROPABA-SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de Fevereiro de 2007

Deputado JOARES PONTICELLI

Lido no Expediente
Sessão de 28/02/07

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Egrégia Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública Associação Educacional a Serviço da Vida - ASESV, do Município de Garopaba, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 034/07

Dispõe sobre a matrícula de alunos portadores de deficiência locomotora na escola pública mais próxima de sua residência, e dá outras providências.

Art. 1º Fica assegurada a matrícula para o aluno portador de deficiência locomotora em escola pública próxima de sua residência, independentemente vaga.

Art. 2º O aluno portador de deficiência locomotora deverá apresentar comprovante de residência, quando fizer a solicitação de matrícula.

Art. 3º A direção da escola pública poderá solicitar, quando da matrícula, atestado médico comprobatório da deficiência locomotora.

Art. 4º As escolas deverão oportunizar que os alunos com deficiência locomotora façam parte de turmas cujas salas de aula estejam localizadas em espaços físicos de fácil acesso.

Parágrafo Único - As escolas farão as adaptações necessárias para o cumprimento do estabelecido no "caput" deste artigo.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sérgio Grandó

Lido no Expediente
Sessão de 28/02/07

JUSTIFICAÇÃO

Não basta que os indivíduos que apresentam seqüelas motoras tenham garantia de matrícula nas escolas públicas.

Não basta, tampouco, que possam freqüentar uma escola regular.

É fundamental, que se promova a oportunidade de que estes cidadãos tenham uma facilidade maior de acesso, dando a eles garantia, não somente de vaga, mas de uma vaga na escola mais próxima de sua residência.

E não basta que seja apenas próxima de sua residência, o espaço deve ser de fácil acesso ao aluno em questão.

A educação das pessoas que apresentam seqüelas motoras precisa ser pensada, a partir dessa contextualização, como uma questão histórica, buscando superar uma leitura abstrata dessa deficiência. É preciso que consideremos mais do que um conjunto de características físicas ao interagirmos com indivíduos que apresentam seqüelas motoras.

É preciso que consideremos a história, o contexto no qual estamos nos relacionando. É preciso que saibamos diferenciar as idéias difundidas socialmente, que favorecem e desfavorecem seu desenvolvimento como ser humano. Caso contrário, estaremos contribuindo para o desenvolvimento da deficiência.

As "razões convincentes" para um aluno que apresenta seqüela motora não ter acesso à rede regular de ensino podem ser o transporte para a escola, se a família não tiver carro próprio e ele não puder andar de ônibus; um equipamento que necessite para freqüentar as aulas, como uma cadeira de rodas; barreiras arquitetônicas no prédio da escola; a exigência da escola de um familiar acompanhar o aluno em sala de aula, no caso de a família não pode atendê-la.

Esses exemplos aqui colocados como possíveis "razões convincentes" para que um aluno não possa ter acesso à rede regular de ensino podem ser compreendidos de outra forma, como necessidades concretas dos alunos que apresentem seqüelas motoras. Não há possibilidades de esses indivíduos objetivarem-se como alunos de uma rede regular de ensino, sem que sejam atendidas, entre outras, essas necessidades de base concreta - material e simbólica. O atendimento dessas necessidades, que não são "especiais", faz parte da luta pelo acesso e pela permanência.

Compete ao Poder Público adaptar as escolas, removendo as barreiras arquitetônicas que porventura existam, já que o Estado, não só não tem investido nessa providência, na totalidade das escolas estaduais, como continua construindo escolas que são totalmente inacessíveis aos portadores de deficiência locomotora.

Portanto, diante do exposto, peço o apoio de todos os parlamentares desta Casa para que esta proposta seja apreciada, no menor tempo possível.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/07****GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 074**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, o projeto de lei complementar que "Dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 28/02/07

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA

EM Nº 001/2007 Florianópolis, 27 de fevereiro de 2007

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA e dá outras providências.

Criado originalmente pela Lei Complementar nº 244, de 30 de janeiro de 2003, o DEINFRA se caracteriza como órgão autárquico, dotado de personalidade jurídica de direito público e patrimônio próprio, vinculado à Secretaria de Estado da Infra-Estrutura.

Constitui objetivo do DEINFRA a implementação, em sua esfera de atuação, da política formulada para a administração da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, compreendendo sua operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação.

A partir da sua criação, o DEINFRA passou a desempenhar papel na política formulada pelo Governo do Estado para o setor de infra-estrutura, viabilizando investimentos que resultaram na melhoria das condições de acessibilidade para as comunidades, em acessos pavimentados às redes dos municípios e núcleos populacionais, na melhoria das condições de tráfego e de segurança ambiental, na diminuição de custos de transporte - mediante a redução dos custos de operação e de tempo de viagem dos veículos, na melhoria das condições físicas e operacionais da infra-estrutura rodoviária do Estado, e na realização de projetos e ações na área de edificações e obras hidráulicas, vitais para o desenvolvimento do Estado e para a descentralização administrativa baseada na excelência dos serviços prestados pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional.

A necessidade de aprofundar ainda mais a reforma administrativa, ampliando os benefícios da descentralização, da regionalização do desenvolvimento e da municipalização das ações, aproximando ainda mais o governo do cidadão, fundamentam a apresentação deste Projeto de Lei Complementar.

Com a presente proposta as Secretarias de Desenvolvimento Regional assumem papel de destaque na realização de ações relacionadas à infra-estrutura no âmbito regional, a medida em que o DEINFRA passa a fornecer suporte para sua atuação.

Além destes fatores, o Projeto de Lei Complementar prevê, também, a reorganização interna da autarquia, com a redução dos cargos em comissão, possibilitando a redução do custeio da máquina administrativa de forma a viabilizar a realização de mais investimentos no setor, visto que as Secretarias de Desenvolvimento Regional passam a ocupar espaço preponderante na execução de ações regionalizadas de infra-estrutura.

São estas as razões pelas quais submeto a Vossa Excelência o texto a seguir, com a finalidade de incrementar ainda mais o desenvolvimento social e econômico do Estado de Santa Catarina, promovendo o fortalecimento da estrutura do Governo e o aperfeiçoamento das relações deste com a sociedade catarinense.

Respeitosamente,

ALCEU GAIO

Secretário de Estado da Infra-Estrutura, em exercício

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0007.3/2007

Dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, terá sede e foro na Capital do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Constitui objetivo do DEINFRA implementar a política formulada pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, para a infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de Santa Catarina, compreendendo as atividades de administração, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação de bens, obras e serviços de interesse do Estado, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A infra-estrutura de transportes, afeta ao DEINFRA, compreende os sistemas viários, as rodovias, as ferrovias, as vias navegáveis, as instalações portuárias e as aerovias.

Art. 3º O DEINFRA compete, em conformidade com seu objetivo institucional:

I - implementar a política estadual atinente à infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

II - apoiar as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, no que se refere à sua área de atuação;

III - administrar, coordenar, elaborar e executar, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramento, ampliação e operação da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de interesse do Estado, incluída a recuperação de áreas de interesse da Defesa Civil;

IV - definir padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a execução de estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramento, ampliação e operação da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de interesse do Estado;

V - regulamentar e autorizar as ocupações de terrenos e as edificações por terceiros, a construção de acessos ou o uso de travessias de qualquer natureza, em áreas de domínio da infra-estrutura do Estado;

VI - fiscalizar, controlar e administrar, nas áreas de domínio da infra-estrutura do Estado, as ocupações de terrenos e as edificações por terceiros, a construção de acessos ou o uso de travessias de qualquer natureza, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

VII - exercer o controle direto ou indireto do trânsito, bem como outras atividades correlacionadas a operação das rodovias sob a jurisdição do Estado;

VIII - exercer o poder de polícia de tráfego e as competências estabelecidas no art. 21 da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, nas rodovias incluídas no Plano Rodoviário do Estado - PRE;

IX - administrar, coordenar, elaborar e executar, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, convênios de delegação de encargos, firmados com a União ou Municípios, de que resultem estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramentos, ampliação e operação da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas situados no Estado de Santa Catarina;

X - participar de negociações de empréstimos, com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura;

XI - realizar programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, promovendo a cooperação técnica com entidades públicas e privadas;

XII - firmar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais, no exercício de suas atribuições, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

XIII - delimitar, para fins de declaração de utilidade pública, bens imóveis a serem desapropriados para implantação de empreendimentos de infra-estrutura do Estado, de sua competência, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional;

XIV - elaborar o próprio orçamento, em consonância com a orientação sistêmica da área de planejamento do Estado, bem como proceder a sua execução;

XV - adquirir ou alienar seus bens patrimoniais;

XVI - administrar pessoal, patrimônio e material da Autarquia e executar serviços gerais relativos às suas atividades institucionais;

XVII - proceder estudos, para revisão periódica, e dar manutenção aos cadastros relacionados aos Planos de Transportes do Estado e outros inerentes à esfera de atuação do DEINFRA; e

XVIII - manter memória técnica das pesquisas, estudos, projetos, controles e obras relativos à sua área de competência.

Parágrafo único. As atribuições previstas nos incisos III, IV, VII, X, XIII, XVI e XVII deste artigo, no que couber, poderão ser desempenhadas mediante execução direta ou indireta.

Art. 4º A estrutura organizacional básica do DEINFRA compreende:

I - Órgão de Deliberação Coletiva:

a) Conselho Administrativo;

II - Órgãos de Assessoramento ao Presidente:

a) Gabinete do Presidente:

1. Procuradoria Jurídica;
2. Consultoria de Controle de Gestão;
3. Consultoria de Licitações;
4. Consultoria Executiva de Infra-Estrutura; e
5. Consultoria de Programas Especiais;

III - Órgãos de Atividade-Meio:

a) Diretoria de Administração:

1. Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade;
2. Gerência de Recursos Humanos;
3. Gerência de Apoio Operacional; e
4. Gerência de Tecnologia de Informação;

b) Diretoria de Planejamento e Projetos:

1. Gerência de Planejamento de Infra-Estrutura;
2. Gerência de Orçamento;
3. Gerência de Estudos e Projetos; e
4. Gerência de Meio Ambiente; e

IV - Órgãos de Atividades Finalísticas:

a) Diretoria de Obras Cívicas:

1. Gerência de Edificações; e
2. Gerência de Obras Hidráulicas;

b) Diretoria de Obras de Transportes:

1. Gerência de Obras de Transportes;
2. Gerência de Contratos; e
3. Gerência de Obras Especiais; e

c) Diretoria de Manutenção e Operação:

1. Gerência de Manutenção;
2. Gerência de Operação; e
3. Gerência de Faixas de Domínio.

Art. 5º Compete ao Conselho Administrativo deliberar sobre:

I - aprovação, em primeira instância, dos Planos de Transportes do Estado e dos demais planos afetos à esfera de atuação do DEINFRA;

II - programas de atividades, orçamento anual e planejamento plurianual do DEINFRA;

III - editais de licitações e contratações de obras, serviços e aquisição de materiais;

IV - convênios com órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais;

V - acordos, contratos, termos aditivos e atos análogos relacionados, no todo ou em parte, com a esfera de atividades da Autarquia;

VI - aquisição e alienação de bens móveis e imóveis, pelo DEINFRA, na forma regulamentar;

VII - homologação e adjudicação de licitações, referentes a obras, serviços, compras, alienações e concessões de obras e serviços públicos;

VIII - tabelas de preços de obras e serviços;

IX - estabelecimento de normas e especificações técnicas para obras, serviços e utilização da faixa de domínio;

X - operações de crédito, propondo ao Governo meios e recursos para as respectivas amortizações;

XI - taxas, tarifas e preços de bens e serviços públicos, atinentes à área de atuação do DEINFRA e em consonância com as diretrizes governamentais vigentes; e

XII - outros assuntos relativos ao DEINFRA, encaminhados pelo seu Presidente.

§ 1º As decisões do Conselho Administrativo serão tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, sendo registradas em atas, que ficarão disponíveis para conhecimento geral, juntamente com os respectivos documentos de instrução.

§ 2º Os membros do Conselho Administrativo responderão solidariamente por todos os atos praticados pelo Conselho, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata, lavrada na reunião na qual foi tomada a decisão.

Art. 6º O Conselho Administrativo terá a seguinte composição:

I - Presidente do DEINFRA, que presidirá o Conselho Administrativo;

II - Consultor de Licitações;

III - Consultor de Controle de Gestão;

IV - Consultor Executivo; e

V - Diretores.

Parágrafo único. O Conselho será secretariado por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo da Autarquia, designado pelo Presidente.

Art. 7º Compete ao Presidente do DEINFRA, observado, no que couber, as deliberações do Conselho Administrativo:

I - administrar a Autarquia e exercer a Presidência do Conselho Administrativo;

II - promover a edição de normas e especificações técnicas sobre matérias de competência do DEINFRA;

III - assinar os atos de homologação e adjudicação de licitações, após deliberação do Conselho Administrativo a respeito;

IV - celebrar convênios, acordos, contratos, termos aditivos e atos análogos;

V - executar os atos necessários à aquisição ou alienação de bens;

VI - nomear e dar posse aos servidores do quadro de pessoal da Autarquia e expedir atos de promoção, licenças, exoneração e remoção de servidores;

VII - movimentar, diretamente ou por delegação, as dotações do DEINFRA constantes do Orçamento do Estado e os créditos adicionais;

VIII - determinar a instauração de sindicâncias, processos disciplinares ou tomadas de contas especiais; e

IX - submeter à aprovação do Conselho Administrativo matérias que exijam deliberação coletiva.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente a representação, judicial ou extrajudicial do DEINFRA, o comando hierárquico do quadro de pessoal e a supervisão das suas unidades administrativas.

Art. 8º Os cargos de Direção e Gerência, que exigirem responsabilidade técnica para o seu exercício, obedecerão ao preceituado pela Lei federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e alterações subsequentes.

Art. 9º O Procurador Jurídico do DEINFRA, para o exercício do cargo, deverá estar no gozo de seus direitos junto à Ordem dos Advogados do Brasil e ter experiência no exercício da advocacia.

Parágrafo único. Ao Procurador Jurídico compete exercer a representação judicial do DEINFRA.

Art. 10. Os cargos em comissão do quadro permanente de pessoal do DEINFRA são os constantes do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 11. Constituem receitas do DEINFRA:

I - repasses do Tesouro do Estado para fazer frente às suas dotações, consignadas no Orçamento do Estado, e créditos especiais, bem como os decorrentes de transferências;

II - remuneração referentes a prestações de serviços;

III - recursos vinculados a acordos, convênios, contratos e atos análogos;

IV - produto da cobrança de emolumentos, taxas e multas; e

V - outras receitas, inclusive as resultantes da alienação de bens e da aplicação de valores patrimoniais, operações de crédito, doações e legados.

Art. 12. O Poder Executivo aprovará, por decreto, o Regimento Interno do DEINFRA, no prazo de até noventa dias, a contar da data de publicação da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. O Regimento Interno, de que trata o *caput* deste artigo, regulamentará o funcionamento e as responsabilidades do Conselho Administrativo, das Diretorias, das Consultorias, das Gerências e das demais instâncias que compõem a estrutura organizacional da Autarquia.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Fica revogada a Lei Complementar nº 244, de 30 de janeiro de 2003.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA - DEINFRA

ENTIDADE	Quantidade	Código	Nível
DENOMINAÇÃO DO CARGO			
GABINETE DO PRESIDENTE			
Presidente	1		
Procurador Jurídico	1	DGS/FTG	1
Consultor de Controle de Gestão	1	DGS/FTG	1
Consultor de Licitações	1	DGS/FTG	1
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Diretor de Administração	1	DGS/FTG	1
Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade	1	DGS/FTG	2
Gerente de Recursos Humanos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Apoio Operacional	1	DGS/FTG	2
Gerente de Tecnologia de Informação	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS			
Diretor de Planejamento e Projetos	1	DGS/FTG	1
Gerente de Planejamento de Infra-Estrutura	1	DGS/FTG	2
Gerente de Orçamento	1	DGS/FTG	2
Gerente de Estudos e Projetos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Meio Ambiente	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE OBRAS CIVIS			
Diretor de Obras Civas	1	DGS/FTG	1
Gerente de Edificações	1	DGS/FTG	2
Gerente de Obras Hidráulicas	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE OBRAS DE TRANSPORTES			
Diretor de Obras de Transportes	1	DGS/FTG	1
Gerente de Obras de Transportes	1	DGS/FTG	2
Gerente de Contratos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Obras Especiais	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO			
Diretor de Manutenção e Operação	1	DGS/FTG	1
Gerente de Manutenção	1	DGS/FTG	2
Gerente de Operação	1	DGS/FTG	2
Gerente de Faixas de Domínio	1	DGS/FTG	2
FUNÇÃO GRATIFICADA			
Consultor Executivo de Infra-Estrutura	1	FG	1
Consultor de Programas Especiais	1	FG	1

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/07

Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, que Regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual e estabelece outras providências.

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

I - o valor do benefício concedido ao aluno não será inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade por ele devida, sendo que o prazo mínimo para concessão do benefício será de 01 ano, ou dois semestres, ficando excluídos da possibilidade de pleitear o benefício anual apenas os acadêmicos que estiverem no último semestre do curso;

II -

III - caberá à comissão criada no âmbito de cada Instituição de ensino Superior, constituída na forma do art. 4º desta Lei Complementar, a avaliação do grau de carência e desempenho escolar dos candidatos às bolsas de estudo e a seleção anual dos beneficiados;

IV -

V - O aluno somente poderá pleitear bolsa acima de 70% do valor da mensalidade por ele devida ou bolsa integral, caso participe de programas e projetos sociais, com visão educativa, propostos pelas universidades em seus projetos de extensão e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, comprovando vinte horas semestrais; e

VI -

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sérgio Grandó

Lido no Expediente

Sessão de 28/02/07

JUSTIFICAÇÃO

Por tratar-se de bolsa de estudos para alunos carentes, a ampliação do prazo para a sua respectiva renovação dará maior tranquilidade ao acadêmico, proporcionando as condições para um melhor planejamento de sua vida acadêmica, profissional e familiar, no espaço de um ano. Para as universidades, representará uma diminuição substancial dos trâmites de natureza burocrática relacionados à renovação de bolsas, atualmente realizadas a cada semestre, resultando na diminuição de custos operacionais, de modo que os recursos gastos com esta operação poderão viabilizar outras atividades em benefício da comunidade acadêmica de Santa Catarina.

*** X X X ***